

**REUNIÃO  
DO EXECUTIVO**

**ACTA Nº 23/01  
DE 13/09/2001**

**ACTA Nº. 23/2001**

**Data da reunião ordinária:** 13/09/2001

**Local da reunião:** Centro de Cultura e Recreio Alexandre Herculano, na freguesia de Azoia de Baixo

**Início da reunião:** 15,20 horas

**Términus da reunião:** 19,20 horas

**Resumo diário da Tesouraria:** 12/09/2001 .....183.975.093\$00

**Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Presidente:** José Miguel Correia Noras

**Vereadores:** Eng.º Hermínio Paiva Fernandes Martinho

Dr. Joaquim Adriano Botas Castanho

Dr.ª Maria da Graça Carvalho Vieira Machado Morgadinho

Eng.º António Freire de Oliveira

Professor Doutor Luís Manuel Fé de Pinho

Eng.ª Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma

Dr.ª Rosa Maria Ferreira Mesquita Feliciano

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

**Cargo:** Chefe de Secção

**Faltas justificadas:**

**Faltas por justificar:** Vicente Carlos Flor Batalha

-----ABERTURA DA ACTA-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **quinze horas e vinte minutos**.

--- A seguir, e depois de submetidas, pelo senhor Presidente, à votação, foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta do senhor Vereador Vicente Batalha à reunião de trinta de Agosto findo e remeter para apreciação jurídica a falta à reunião de dois do mesmo mês. -----

--- Seguidamente a senhora **Presidente do Centro de Cultura e Recreio Alexandre Herculano** e o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Azoia de Baixo** dirigiram algumas palavras de boas vindas ao Executivo Municipal, considerando a realização desta reunião em Azoia de Baixo como mais um marco na sua história. -----

--- Manifestaram a sua satisfação e consideraram uma grande honra a presença do Executivo em Azoia de Baixo. -----

--- A seguir procederam à entrega de lembranças ao Executivo Municipal. -----

--- Na sequência destas intervenções, o **senhor Presidente** proferiu as seguintes palavras: -----

--- “Nós estamos em presença de um caso singular. É, com efeito, a freguesia mais pequena do concelho. Tem quatro quilómetros quadrados e meio, mas é daquelas que tem um taxa de crescimento urbano muito significativa, ao contrário do que se passa na generalidade das freguesias que, na proximidade de Santarém, são absorvidas pela capital de distrito e do concelho. A Azoia esteve em queda durante todo o regime salazarista, perdendo população entre mil novecentos cinquenta e mil novecentos e setenta. Continuou a cair até mil novecentos e oitenta e um, tendo-se verificado uma reversão muito fulgurante até ao ano dois mil e um. Não posso deixar de assinalar esse facto, porque não é a expressão do contorno geográfico que marca a íntima significação do valor de uma terra. É a grandeza da sua própria alma e a afectividade e competências das suas gentes. Eram duzentos e vinte e um, em mil novecentos e oitenta e um, na Azoia de Baixo e, não obstante o potencial de atracção que uma cidade tão estruturante do ponto de vista nuclear e do ordenamento do território como Santarém representa, a

Azoia cresceu e, de acordo com o último recenseamento, há hoje duzentas e setenta e oito pessoas, na Azoia de Baixo. Por outro lado, há duas referências que se revelam obrigatórias – uma de carácter geral e que a todos envolve num luto que é planetário. Com efeito, eu entendo que é na luta pela paz e pela vida que também se assume a natureza mais profunda do Poder Local e por isso, em nome de todo o Executivo, levanto a voz para erguer a indignação e o mais vivo repúdio perante ataques bárbaros que se verificaram nos Estados Unidos e que de todos são conhecidos. -----

--- A nossa consternação e o luto municipal em relação a tais actos, aqui fica registado.

--- E depois, dois acontecimentos que se prendem com a morte mas, ao mesmo tempo, com a vida. Tenho para mim, que só morrem verdadeiramente aqueles que não vencem o esquecimento. Há pouco, numas palavras muito objectivas, sentidas e eloquentes, a Presidente do Centro de Cultura sublinhou a carga histórica e cultural que a Azoia representa. Com efeito, houve alguém que trocou Lisboa pela tranquilidade da Azoia de Baixo. Foi o seu primeiro ponto de encontro no Ribatejo. Alexandre Herculano escolheu Azoia de Baixo para viver e hoje ainda há muitas pessoas equivocadas perante tal facto, porque dizem, inclusive, que ele procurou apenas a solidão e esquecem-se de afirmar que se tratou de uma solidão fecunda, porque a Azoia era um espaço de equanimidade para a criação e inclusivamente para a reflexão e para o debate, no plano da inovação tecnológica. Herculano tem uma relação de profundo significado, uma ligação muito intrínseca entre a sua função de eleito local, de pioneiro da defesa do património, enquanto autarca, como político e depois, sobretudo com esse espaço de actuação nacional e municipal, onde a Azoia de Baixo tem especial preponderância. Mas Alexandre Herculano, que morreu exactamente há cento e vinte e quatro anos (foi em mil oitocentos e setenta e sete que tal facto ocorreu) assumiu outras funções relevantes e importantíssimas não apenas como jornalista, mas também enquanto deputado, onde teve carreiras fulgurantes.-----

--- Para além de dramaturgo, de poeta, de publicista, de escritor, de historiador, foi também um homem que projectou a agricultura portuguesa, num processo de inovação

sem igual no país. -----

--- As feiras, no país e fora dele, com especial destaque para os prémios internacionais, tanto na Europa como na América que o azeite Alexandre Herculano obteve, e merecem uma distinção permanente de parte de todos nós. -----

--- Mas, enquanto autarcas que somos, revela-se obrigatório que carreguemos na memória o exemplo cívico de combate pelo municipalismo que o envolveu, motivou e constituiu um imperativo à escala nacional e europeia. -----

--- Distinguiu-se como Presidente de Câmara que foi, na organização de novo concelho a partir do zero, nos anos cinquenta e quatro/cinquenta e cinco do período oitocentista, na redacção de posturas modernas para o Poder Local, tendo muitas delas, mais tarde, sido modelo de legislação local de vários os municípios no nosso País e, sobretudo, na defesa intransigente da autoridade local e de legalidade pública, mesmo que o contraventor fosse o próprio Estado. Há uma atitude que poucos tomam, mas que Alexandre Herculano não hesitou em assumir com a sua própria Vereação. Foi eleito com os seus colegas de forma democrata, universal e secreta mas, no confronto com o Poder Central, depois de esgotado o diálogo, pediu a demissão, com os seus colegas da Vereação, porque o Governo não estava a corresponder às expectativas criadas no domínio do desenvolvimento da sua própria terra. -----

--- Houve a posição de demissão unânime, dado que a corda esticou na altura entre o Governo central e o Governo municipal. Partiu pelo “lado mais fraco”, mas a Vereação foi inequívoca na sua posição e eu interrogo-me: Quantas vezes o Poder Local, em algumas oportunidades, cerceado da sua capacidade de actuação, seja no ordenamento do território, seja na autonomia financeira, não deveria reflectir sobre as posições que Alexandre Herculano assumiu com toda a sua Vereação em Belém, município a que presidiu. -----

--- Digo isto, para salientar uma vez mais que só morre quem não vence o esquecimento. Mas, na Azoia, seria de flagrante injustiça que o Presidente de Câmara, que também foi amigo do peito de um grande autarca que foi o Manuel Sabino Tanora Gonçalves, aqui

hoje o esquecesse. O Dr. Tanora estará sempre vivo, com grande destaque na nossa memória e com particular relevo no nosso coração. Uma personalidade grata, soube estar acima do seu próprio tempo, dos contornos políticos da época, foi um precursor ao serviço de democracia e do nosso concelho e por isso queremos prestar-lhe a nossa sincera homenagem. -----

--- E eu não disse tudo quanto aos amigos que aqui trabalharam. Como sou homem do povo, rural, lembro-me dos operários, lembro-me muito de quem trabalha, gostaria de somar a esses nomes os do amigo Marcolino, do Teófilo, o Dr. José Manuel Nogueira, da Presidente Rosa Maria, do Secretário Edmundo, de todos os colegas. Gostava de somar também o nome do Zé Domingues que foi um grande encarregado na Câmara, uma pessoa de muito valor e, acima de tudo amigo. Com estas referências, pretendo saudar todos os munícipes da Azoia de Baixo, que foi terra que pertenceu à Junta de Freguesia de Salvador e hoje é uma freguesia autónoma, aprazível e muito atractiva. É para Santarém um lugar especial, uma das pérolas mais significativas desse colar de mais vinte e sete que adornam o pescoço da capital do distrito e da região, conforme todos admiramos e pretendemos. -----

--- Esta reunião descentralizada está explicada por si própria. Tem na figura e na obra de Alexandre Herculano, patrono do municipalismo, uma raiz profunda e nos critérios de descentralização vigente na Câmara Municipal a sua justificação. -----

--- Viemos aqui, simbolicamente, à freguesia mais pequena do Concelho, dar os parabéns pelos contributos que os seus habitantes têm posto ao serviço da elevação da qualidade de vida no nosso concelho. Sublinhamos a componente cultural da Azoia de Baixo. Nesta mesma sala representaram-se os melhores dramaturgos, houve múltiplas iniciativas, o pulsar da vida de um concelho cada vez mais dinâmico. Hoje, animados de um propósito comum, independentemente dessa estimulante multiplicidade de pontos de vista e de perspectivas, a Azoia de Baixo está unida e isso é fundamental para o seu futuro. Os parabéns da Câmara de Santarém, os parabéns de toda a Vereação.-----

--- A afirmação do nosso agradecimento ao Centro Cultural que carrega o nome de

Alexandre Herculano.”-----

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **A) AVERBAMENTOS**-----

--- De **URBEV – URBANIZAÇÕES BATISTA, ESTEVES E VIEIRA, LIMITADA**, com sede na Rua trinta e um de Janeiro, primeiro esquerdo, freguesia de São Salvador, nesta Cidade, solicitando averbamento do processo de loteamento número dezoito/noventa e nove, actualmente em nome de **José António Meneses e Outros**, em virtude de ter adquirido o respectivo terreno.-----

--- Deliberado por unanimidade, deferir a pretensão em causa, em face dos documentos apresentados.-----

--- **B) INFORMAÇÕES PRÉVIAS**-----

--- **VIABILIDADES SUSCEPTÍVEIS DE DEFERIMENTO, NAS CONDIÇÕES EXPRESSAS NOS RESPECTIVOS PARECERES TÉCNICOS**-----

--- De **ANTÓNIO JÚLIO MARTINHO FRANCISCO**, residente na Rua Alexandre Herculano, número quarenta B, freguesia de São Salvador, nesta Cidade, solicitando informação prévia para construção de um edifício de três pisos na Rua General Humberto Delgado, freguesia de São Nicolau, também nesta Cidade.-----

--- Pela **Divisão de Gestão Urbanística**, foi prestada a seguinte informação:-----

--- *“Pretende o requerente viabilidade à construção de um edifício de três pisos destinado a habitação multifamiliar, em zona definida pelo Plano Director Municipal como fazendo parte do Perímetro Urbano de Santarém (área urbana consolidada, Z dois – espaço habitacional de média densidade).*-----

--- *Seguindo-se assim, o princípio estabelecido para as áreas urbanas consolidadas (número um do artigo trinta e oito).*-----

--- *A construção deverá, tanto quanto possível manter as características do edificado existente.*-----

--- *Como se trata de construção nova, esta ficará sujeita às seguintes condicionantes: -*

--- *-Nivelamento da cêrcea pela média das alturas das fachadas da frente edificada do*

*lado do arruamento onde se integra o novo edifício, no troço de rua entre duas transversais, respeitando o artigo quarenta e seis do Plano Director Municipal, desde que não ultrapasse o que decorre da aplicação do artigo cinquenta e nove do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, não podendo em qualquer circunstância exceder os quinze metros. (Z dois); -----*

*--- - Profundidade máxima da empena: quinze metros (alínea f) do número um do artigo trinta e oito e alínea d) do número dois do artigo quarenta e quatro, ambos do Plano Director Municipal); -----*

*--- -É autorizada a ocupação do logradouro com anexos para arrecadação e garagem, desde que este não ocupe mais de vinte por cento da área do mesmo (alínea c) do número um do artigo quarenta e um do Plano Director Municipal), sendo a sua ocupação precedida de vistoria da comissão técnica desta Câmara Municipal (número dois do artigo quarenta e um do Plano Director Municipal). -----*

*--- - Deverá garantir-se estacionamento no interior do lote, de acordo com o requerido na SECÇÃO XI – Circulação e estacionamento automóvel, do Plano Director Municipal.*

*--- Quanto ao alinhamento da construção, deverá manter-se o da construção actual. ---*

*--- De acordo com a alínea h) do artigo trinta e oito do Plano Director Municipal, só poderá autorizar-se a ocupação da cave, desde que esta se destine exclusivamente a estacionamento, áreas técnicas ou arrecadações dos alojamentos do próprio edifício. --*

*--- Assim, julga-se que poderá constituir-se o edifício com cave destinada a estacionamento e dois pisos destinados a habitação. Eventualmente, desde que devidamente justificado, dever-se-á autorizar a constituição de mais um piso de habitação. -----*

*--- Em face do exposto, a pretensão poderá reunir condições de ser viabilizada, nas condições acima referidas e demais legislação em vigor.” -----*

*--- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão é viável, em face das informações técnicas emitidas. -----*

--- De **GILDA MARIA LOPES COELHO**, residente na Travessa da Arroteia, no lugar de Sobreirinhos, freguesia de Gançaria, deste Município, solicitando reapreciação do pedido de informação prévia para construção de uma moradia unifamiliar e anexos, na Rua Quatro de Outubro, no lugar da sua residência.-----

--- Esta pretensão foi presente em reunião de três de Maio do corrente ano, tendo a mesma sido indeferida.-----

--- Reapreciada a pretensão foi a mesma submetida a parecer do **Consultor Jurídico**, tendo sido emitido um parecer do seguinte teor: -----

--- *“Um – Com fundamento nos factos descritos no parecer de oito de Março último, do senhor Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, (constante do processo), o prédio rústico onde a requerente pretende edificar está inserido no aglomerado urbano de Sobreirinhos e foi desafectado da Reserva Agrícola Nacional por decisão de dezanove de Janeiro findo da Comissão Regional da Reserva Agrícola Nacional. -----*

--- *Dois – Ainda segundo aquele parecer, haverá um erro de representação gráfica da área em causa na carta quatro ponto um do Plano Director Municipal, o qual consistiu na integração de terrenos da Reserva Agrícola Nacional em mancha representativa de “espaços para indústrias extractivas”.-----*

--- *A confirmação desse erro decorre também do facto do aglomerado urbano de Sobreirinhos ter sido, total ou parcialmente, integrado na área representativa de “espaços para indústrias extractivas”.-----*

--- *Três – Esse erro pode e deve ser corrigido através de alteração formal da carta quatro ponto um do Plano Director Municipal. -----*

--- *No entanto, enquanto ela não é rectificadora o sistema de normas que constitui o Regulamento do Plano Director Municipal está em vigor e tem de ser aplicado. -----*

--- *Essa aplicação tem de apoiar-se na interpretação daquele regulamento, à luz das regras próprias da hermenêutica jurídica.-----*

--- *Quatro – Confrontando-se o intérprete com um erro na lei, fruto da errada expressão da vontade do legislador, deve o mesmo proceder à chamada interpretação*

*correctiva destinada a conformar o sentido da norma com o espírito do legislador, à luz de outros elementos do sistema normativo. -----*

*--- Que visa o legislador com o estabelecimento dum espaço para indústrias extractivas? Permitir essa actividade e restringir outras com ela incompatíveis. -----*

*--- A segurança de pessoas e bens torna incompatível a existência de habitações e a residência de pessoas numa área destinada ao exercício de indústrias extractivas. A prová-lo está a norma do artigo treze do Decreto-Lei oitenta e nove/noventa, de dezasseis de Março, que impõe uma distância de trinta metros da bordadura das pedreiras a edifícios e a locais de uso público. Daí que tenhamos que concluir que o legislador do Regulamento do Plano Director Municipal de Santarém, não pode ter querido integrar um aglomerado urbano numa área de exercício de indústrias extractivas. -----*

*--- Mas ainda que o tivesse feito, cometeria uma nulidade. Com efeito, é este o vício que afecta a norma do Regulamento do Plano Director Municipal consubstanciada na carta quatro ponto um, por violação do Decreto-Lei número oitenta e nove/noventa, diploma de hierarquia superior à daquele Regulamento e a que este deve observância, e que impede a integração de aglomerados urbanos em áreas de exploração de pedreiras. ----*

*--- **Cinco** – Neste termos e pelas razões expostas, somos de parecer que o pedido da interessada não pode ser indeferido com fundamento em o terreno se localizar em espaço para indústrias extractivas, do qual tem de considerar-se excluído o aglomerado urbano de Sobreirinhos, no mínimo pelo perímetro urbano delimitado pelas distâncias resultantes do artigo treze do Decreto-Lei número oitenta e nove/noventa.”-----*

*--- A Câmara deliberou, por unanimidade, revogar a deliberação atrás citada informando o requerente que é viável a sua pretensão, de acordo com o parecer jurídico atrás transcrito. -----*

*--- De **OLITREM – INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO, S.A.**, com sede no lugar de Vale de Água, freguesia de Tremês, deste Município, solicitando informação prévia para construção de um pavilhão industrial, freguesia da sua sede.-----*

- A **Divisão de Gestão Urbanística**, prestou a seguinte informação: -----
- *“Pretende-se informação sobre a viabilidade de construção de pavilhão industrial com dois mil e quinhentos metros quadrados, em terreno com quinze mil oitocentos e setenta metros quadrados, integrado em espaço classificado como agroflorestal, fora da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. -----*
- *Importa informar que foi anulado o traçado proposto da Via Intermunicipal em reunião de Câmara de dois de Agosto último, não se verificando assim nesta data qualquer servidão daquele traçado.-----*
- *Relativamente à pretensão, verifica-se que a construção proposta se refere a ampliação do estabelecimento industrial já existente no terreno confinante. Importa referir, que uma vez que não é prestada informação relativa ao estabelecimento existente (classe da actividade/número de processo,...), pressupõe-se que a indústria existente se encontra a funcionar em condições regulamentares, informando-se a ampliação requerida na sequência do acima expresso. -----*
- *Face ao exposto, considera-se que a pretensão de ampliação proposta só poderá viabilizar-se nas seguintes condições: -----*
- **Um** – *A área total do estabelecimento industrial (existente e ampliação), não poderá exceder a percentagem de catorze por cento da área total das duas parcelas tendo em consideração os critérios aplicados para outras construções, decorrentes da interpretação do artigo sessenta e seis (esclareça-se que os elementos constantes no processo não permitem uma avaliação rigorosa da pretensão nem uma informação precisa da área máxima permitida); -----*
- **Dois** – *O projecto a apresentar a licenciamento deverá ser sujeito aos pareceres da Delegação de Saúde e dos Bombeiros Municipais; -----*
- **Três** – *Deverá ser apresentado o documento comprovativo do pedido de alteração junto da respectiva entidade coordenadora (vinculativo para emissão da licença de obras), ficando a licença de utilização dependente da apresentação de cópia de deferimento do pedido de alteração, de acordo com o disposto no artigo décimo do*

*Decreto-Lei número cento e nove/noventa e um, de quinze de Março alterado pelo Decreto-Lei número duzentos e oitenta e dois/noventa e três, de dezassete de Agosto;---*

*--- **Quatro** – Para apresentação do projecto de ampliação, deverá ser apresentado documento de posse actualizado (registo na Conservatória do Registo Predial).” -----*

*--- Deliberado por unanimidade, informar o requerente que é viável a sua pretensão de acordo com as informações técnicas e suas condições. -----*

**--- VIABILIDADES COM PARECERES TÉCNICOS DESFAVORÁVEIS E PROPOSTAS DE INDEFERIMENTO -----**

*--- De **HUMBERTO MANUEL CINTRÃO BENTO**, residente no lugar de Aldeia D’Além, freguesia de Alcanede, deste Município, solicitando reapreciação do pedido de informação prévia para construção de uma moradia, com cave e rés-do-chão, no lugar da sua residência. -----*

*--- Esta pretensão foi presente em reunião de três de Fevereiro do ano findo, tendo a mesma sido deferida. -----*

*--- Reapreciada a pretensão, a **Divisão de Gestão Urbanística**, informou o seguinte:----*

*--- “É solicitada reapreciação do presente processo referente à viabilidade de construção de moradia em terreno com nove mil metros quadrados, localizado em Aldeia de Além, freguesia de Alcanede. -----*

*--- Embora para o local tenha sido anteriormente obtido viabilidade de construção (validade de um ano até vinte cinco de Fevereiro do corrente ano), informa-se que nesta data se alteraram as condições de viabilidade de construção para o terreno em causa, uma vez que foi publicada a carta da Reserva Ecológica Nacional para o Concelho de Santarém (resolução do Conselho de Ministros número sessenta e oito/dois mil de um de Julho). -----*

*--- Face ao acima exposto, informa-se que não poderá viabilizar-se a pretensão.” -----*

*--- A Câmara deliberou, por unanimidade, revogar a deliberação atrás citada, e informar o requerente que não é viável a sua pretensão em face da informação técnica atrás transcrita. -----*

--- De **IVO CRUZ MARQUES**, residente na Rua Vale Falante, número três, Município de Rio Maior, solicitando informação prévia para construção de um hotel rural no lugar de Amiais de Cima, freguesia de Abrã, deste Município.-----

--- Pela **Divisão de Gestão Urbanística**, foi prestada a seguinte informação: -----

--- *“Pretende o requerente informação sobre a viabilidade de adaptação de construções existentes para instalação de Hotel Rural (artigo vinte e dois do Decreto Lei número cento e sessenta e nove/noventa e sete, de quatro de Julho).-----*

--- *De acordo com o exposto na memória descritiva, verifica-se necessária a realização de ampliações de forma a cumprir o programa, e pretende-se ainda a construção de piscina de apoio e respectivos balneários. -----*

--- *As construções existentes (objecto da pretensão) localizam-se em terreno integrado na povoação de Amiais de Cima, aglomerado com grande expressão, e local de implantação de algumas indústrias de relevo do Concelho.-----*

--- *Verifica-se porém, que a povoação acima referida se integra quase na totalidade em território de Reserva Ecológica Nacional, à semelhança de outras povoações localizadas a norte do Concelho.-----*

--- *Considera-se pertinente a chamada de atenção para esta situação, uma vez que a integração de todo o aglomerado em território de Reserva Ecológica Nacional (sem exclusão da área construída já consolidada que forma a povoação – número dois, artigo terceiro do Decreto-lei número noventa e três/noventa, de dezanove de Março), constitui não só um a situação contraditória no que se refere à classificação de espaço (e naturalmente de difícil justificação técnica), como impossibilita qualquer acção de desenvolvimento destas povoações, “congelando-as” definitivamente até que possa ser reajustada à realidade a classificação dos territórios ecológicos a preservar. -----*

--- *Relativamente à pretensão, informa-se que:-----*

--- **Um** – *Considerando o disposto na alínea a) do número um do artigo catorze do Regulamento do Plano Director Municipal, julga-se passível de viabilização a remodelação e beneficiação das construções existentes para instalação de*

*estabelecimento de turismo rural, chamando-se porém a atenção para a ampliação pretendida ao nível térreo (a implantar em território classificado como Reserva Ecológica Nacional) que se julga não ser passível de autorização de acordo com o disposto no artigo acima referido, situação que poderá condicionar a instalação do estabelecimento turístico pretendido; no entanto, julga-se que poderá viabilizar-se a remodelação pretendida no que se refere à construção do segundo piso, uma vez que não existe inutilização de solo e é assegurado o enquadramento no disposto no artigo trinta e oito do Regulamento do Plano Director Municipal.*-----

*--- Dois – De acordo com deliberação de Câmara em reunião de dezanove de Julho último, foi eliminado o traçado previsto para a Via Intermunicipal proposta nas cartas do Plano Director Municipal, e conseqüentemente anulado o espaço canal de protecção da via, que neste caso abrangia o terreno.*-----

*--- Três – Importa ainda informar, que não foram ainda emitidos pelas entidades consultadas, os pareceres solicitados em onze de Janeiro último, entendendo-se assim como favoráveis conforme disposto no número quatro do artigo trinta e dois do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e cinco/noventa e um, de vinte de Novembro alterado pelo Decreto-Lei número duzentos e cinquenta/noventa e quatro, de quinze de Outubro.*

*--- Quatro – A instalação de estabelecimentos de turismo no espaço rural carece de autorização da Direcção Geral de Turismo, nos termos do disposto no número um do decreto Regulamentar número trinta e sete/noventa e sete, de vinte cinco de Setembro (vinculativo para o licenciamento).*-----

*--- Assim, de acordo com o acima expresso considera-se que nas condições apresentadas não é viável a pretensão, podendo no entanto viabilizar-se desde que salvaguardado o cumprimento das condições expressas nesta informação.”*-----

*--- O Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, informou, ainda o seguinte:*-----

*--- “Conforme expresso na informação técnica a condição de Reserva Ecológica Nacional não é compatível com obras de construção ou ampliação, entendimento consentâneo com o teor do parecer da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento*

*do Território de Lisboa e Vale do Tejo (constante do processo).-----*

*--- Nas condições actuais a pretensão não reúne condições de viabilização. -----*

*--- Importa referir que o sentido da decisão proposta poderá ser alterado uma vez que se perspectiva a alteração da carta da Reserva Ecológica Nacional, sendo legítimo considerar que toda a povoação de Amiais de Cima será retirada dos condicionalismos imposto por essa classificação.” -----*

*--- Também pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi emitido o seguinte parecer: -----*

*--- “A pretensão deverá ser inviabilizada pelos motivos já referidos, podendo, contudo, viabilizar-se a remodelação de construção existente para o fim indicado, nas condições referidas na informação técnica e parecer da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo.” -----*

*--- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que não é viável a sua pretensão de acordo com as informações técnicas emitidas.-----*

*--- **C) LOTEAMENTOS** -----*

*--- De **ANTÓNIO JORGE, LIMITADA.**, com sede na Praceta Augusto Costa, número um, rés-do-chão, freguesia de Marvila, nesta Cidade, solicitando alterações ao loteamento de uma propriedade licenciada pelo alvará número cinco/noventa e sete, sita na Encosta das Cortezes, freguesia de São Nicolau, também nesta Cidade.-----*

*--- Pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi emitido um parecer do seguinte teor:-----*

*--- “A requerente solicitou em quinze de Novembro do ano findo uma alteração do prazo de execução das obras de urbanização fixado no alvará de loteamento para cinco anos justificado pela impossibilidade de concluir as referidas obras nos prazos dados pela Câmara, motivada, entre outras razões, pelo mau tempo que se fez sentir em finais de dois mil e princípios de dois mil e um. -----*

*--- Considerando que é aceitável a justificação apresentada, não havendo nada a opor da parte do Departamento de Obras Municipais, (constante do processo) proponho a*

*aprovação da alteração à especificação do alvará relativamente ao prazo de execução das obras de urbanização, uma vez que tal alteração se enquadra no disposto no número quatro do artigo trinta e seis, do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte oito de Dezembro.” -----*

--- A Câmara deliberou, por unanimidade aprovar as alterações à especificação do alvará referidas nas alíneas g) e e) do número quatro, do artigo trinta e seis do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, alterado pelo Decreto Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte oito de Dezembro, prorrogando o prazo para execução das obras de urbanização e alteração ao alvará de loteamento, no que se refere às áreas de implantação dos lotes números um, dois e três, respectivamente, de acordo com a informação do Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente. -----

--- De **COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA E DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, C.R.L. – LAR SCALABITANO**, com sede na Rua Brigadeiro Lino Valente, lote três – Loja, nesta Cidade, solicitando prorrogação do prazo para execução das obras de urbanização para uma propriedade licenciada pelo alvará número três/noventa e dois, sita no lugar de Mergulhão, freguesia de São Salvador, também nesta Cidade. -----

--- O **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, emitiu um parecer do seguinte teor: -----

--- *“Relativamente ao solicitado pela Cooperativa de Habitação Económica “Lar Scalabitano” em requerimento de trinta de Julho último, cumpre-me informar o seguinte: -----*

--- **Um** – *Conforme havia sido acordado em reunião de seis de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove com representantes da Cooperativa e do Instituto Nacional de Habitação, admitiu-se o alvará como válido por mais um ano a fim de permitir a conclusão das obras de urbanização por parte da Cooperativa, tendo o representante do*

*Instituto Nacional de Habitação assumido o compromisso de reformular o projecto de loteamento conducente à emissão de novo alvará; -----*

*--- Dois – Volvido mais de um ano após deliberação da Câmara que aprovou a “renovação” do alvará por mais um ano somos confrontados com novo pedido de renovação do alvará, argumentando a Cooperativa com razões de ordem técnica e sociais o motivo do seu pedido;-----*

*--- Três – Entretanto, têm estado a ser executadas obras de infraestruturas, cuja recepção provisória estará dependente da “renovação” do alvará de loteamento, segundo refere a Cooperativa;-----*

*--- Quatro – Ora, sendo claro que o alvará se encontra caducado, pelo facto de não terem sido concluídas as infraestruturas nos prazos sucessivamente fixados, não faz sentido a pretensão da Cooperativa, tanto mais que o Instituto Nacional de Habitação não respeita o compromisso assumido de reformulação do projecto de loteamento; -----*

*--- Cinco – Como, por outro lado, não é possível recorrer à caução como garantia pela execução das infraestruturas, parece-me afastada a hipótese de a Câmara assumir a responsabilidade pela inclusão das infraestruturas, conforme previsto no Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, alterado pelo Decreto Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte oito de Dezembro; -----*

*--- Seis – Concluindo, o que me parece razoável e de interesse para a Câmara, é que a Cooperativa conclua as obras de urbanização de modo a que possam ser recebidas provisoriamente e, assim, não seja posta em causa a validade do alvará, pois caso contrário, deverá ser apresentado um novo pedido de licenciamento do loteamento, o que permitirá a actualização do custo das infraestruturas e o estabelecimento de uma caução para garantia de execução das mesmas;-----*

*--- Sete – De referir, aliás, que há necessidade de proceder à execução de infraestruturas de gás, para as quais não existe projecto , do mesmo modo que a execução de arranjos exteriores.”-----*

--- Após uma breve troca de impressões, a Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta do senhor Presidente, e aprovar a prorrogação do prazo para execução das obras de urbanização de um para três anos, à semelhança do procedimento no loteamento em nome de António Jorge, Limitada. -----

--- De **SEUL – SOCIEDADE DE EDIFICAÇÕES URBANAS, LIMITADA**, com sede na Rua Maestro Frederico de Freitas, Número quinze – B, Município de Lisboa, solicitando cancelamento da hipoteca de alguns dos lotes referentes ao loteamento de uma propriedade licenciada pelo alvará número quatro/noventa e nove, sita na Quinta do Mocho, freguesia de Várzea, deste Município. -----

--- Pela **Divisão de Infraestruturas e Saneamento**, foi emitido o seguinte parecer: -----

--- *“Tendo sido apresentado um pedido reformulado de cancelamento de hipoteca, consideramos que o mesmo já responde à nossa informação anterior (constante do processo) pelo qual não vemos inconveniente na sua satisfação.*-----

--- *Assim poderão ser cancelados os lotes hipotecados à excepção dos: quarenta, quarenta e um, quarenta e três, quarenta e quatro, quarenta e cinco, quarenta e seis, quarenta e oito e quarenta e nove.* -----

--- *Mantém-se a informação respeitante ao projecto do emissário.”* -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento da hipoteca dos lotes números trinta e sete, trinta e oito, trinta e nove, quarenta e dois, quarenta e sete, cinquenta a cinquenta e quatro, de acordo com o parecer do Departamento de Obras Municipais. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta toda a parte da acta referente a **LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**, a fim de produzir efeitos imediatos.-----

#### ----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES** -----

--- **IV CONGRESSO MUNDIAL DAS CIDADES TAURINAS – CONFEDERAÇÃO MUNDIAL DAS CIDADES TAURINAS – ADESÃO** – Foi presente um ofício da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira convidando a Câmara

Municipal de Santarém a participar no IV Congresso Mundial das Cidades Taurinas que se realiza de vinte e sete a trinta de Setembro e propondo a adesão à Confederação Mundial das Cidades Taurinas. -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Maria da Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, manifestar a intenção de aderir à Confederação Mundial das Cidades Taurinas. -----

--- Deliberou ainda, concordar com a participação da senhora Vereadora Graça Morgadinho, no IV Congresso Mundial das Cidades Taurinas, assumindo os respectivos encargos. -----

--- **PROJECTO DE LUDOTECA LOCALIZADA EM SÃO DOMINGOS** – Pelo **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número duzentos e dezoito – AT, de vinte e sete de Julho último, do seguinte teor: -----

--- “De acordo com o solicitado superiormente, procedeu-se neste Sector à prestação de colaboração com o Departamento de Assuntos Culturais e Sociais relativamente ao projecto Ludoteca com localização em São Domingos. Encontram-se em anexo dois exemplares constituídos respectivamente por Mapa de Quantidades de Trabalho, Medições e Orçamento.” -----

--- A senhora **Vereadora Dunia Palma** emitiu o seguinte parecer: -----

--- “À consideração do senhor Presidente a atribuição faseada, por autos de medição, à Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém da verba aqui orçamentada, no valor de onze milhões duzentos e oitenta e quatro mil setecentos e trinta e um escudos, para que rapidamente se dê início à obra e abertura do equipamento em setembro de dois mil e um.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, atribuindo faseadamente, por autos de medição, a verba de onze milhões duzentos e oitenta e quatro mil setecentos e trinta e um escudos, à Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém. -----

--- Deliberou ainda, aprovar este assunto em minuta a fim de produzir efeitos imediatos.

--- O senhor Presidente não participou na apreciação e votação deste assunto, em virtude de ser familiar do Presidente da referida Associação.-----

--- **CLAPA - ASSOCIAÇÃO POPULAR ECOLÓGICA - COMISSÃO DE LUTA ANTI-POLUIÇÃO DO ALVIELA – PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR DO**

**AMBIENTE PARA QUE A AUTARQUIA SEJA SÓCIA DA ASSOCIAÇÃO** – Na

sequência de um pedido de apoio da Associação em epígrafe, o senhor Vereador Hermínio Martinho propôs: “(...)atendendo à colaboração que tem havido entre a CLAPA - Associação Popular Ecológica - Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela e a autarquia, proponho que esta edilidade se torne associada desta Associação, sugerindo um apoio simbólico de sessenta mil escudos anuais.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador Hermínio Martinho, associando-se à CLAPA - Associação Popular Ecológica - Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela, mediante o apoio simbólico de sessenta mil escudos anuais. -----

--- **LACTOGAL - PRODUTOS ALIMENTARES, S.A. – ADITAMENTO AO PROTOCOLO – RATIFICAÇÃO** – Após alguma troca de impressões, a Câmara

deliberou, por unanimidade, ratificar os termos do aditamento ao protocolo celebrado com a LACTOGAL - Produtos Alimentares, S.A., subscrito no passado dia onze de Setembro, ficando o mesmo anexo à presente acta (Documento I), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- **CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE ACESSO ÀS PEDREIRAS DA CHAÍNÇA – PÉ DA PEDREIRA – AQUISIÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO** – Pelo

Director do **Departamento Administrativo e Financeiro** foi presente a informação número trinta e sete, de vinte e nove do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Como é do conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> a Câmara Municipal está a proceder à construção da estrada acima referida. Para o efeito torna-se necessário adquirir duas parcelas de terreno, uma com a área de dois mil quatrocentos e quarenta metros

quadrados, cuja proprietária é **Maria Celeste Ribeiro Gaspar Touret** e outra com a área de oitenta metros quadrados, cuja proprietária é **Irene Barreiro Vicente Dias**. -----

--- Contactadas as proprietárias das referidas parcelas ficou acordado que a aquisição das mesmas seria feita ao mesmo preço (quatrocentos escudos por metro quadrado) dos terrenos que estão a ser adquiridos para integrar a Zona de Desenvolvimento Económico de Alcanede. -----

--- Assim, com o objectivo de concretizar este processo torna-se necessário que o Executivo Municipal autorize o seguinte: -----

--- Um – A aquisição das duas parcelas: uma com a área de dois mil quatrocentos e quarenta metros quadrados, que totaliza o valor de novecentos e setenta e seis mil escudos; outra com a área de oitenta metros quadrados que totaliza o valor de trinta e dois mil escudos. -----

--- Dois – Aprovar os termos da minuta da escritura que para o efeito se anexa.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a aquisição das duas parcelas de terreno, conforme preconizado na informação atrás transcrita. -----

--- Deliberou ainda aprovar os termos da referida minuta de escritura, que fica anexa à presente acta (Documento II), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- **CENTRO DE EDUCAÇÃO XXI – RIBATEJO E OESTE – PROPOSTA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL** – A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da presente reunião, devendo proceder-se à recolha de mais elementos. -----

--- **CEDÊNCIA DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE FORMAÇÃO REGIONAL/SEDE DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO CINQUENTA E DOIS** – Pelo **Serviço de Património** foi presente a informação número quinze, de sete do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Atendendo ao facto de alguns elementos da Comissão de Avaliação se encontrarem no período de gozo de férias, só agora foi possível dar cumprimento ao despacho de V.

Ex.<sup>a</sup> aposto na informação número quarenta e seis/dois mil e um do Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano. -----

--- Assim, e após avaliação da parcela de terreno que resultou da cedência da Urbanização da Quinta de Valbom e que se encontra definida em planta anexa, propõe-se a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: -----

--- Um – A Câmara Municipal deliberar sobre a cedência do terreno ao Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento cinquenta e dois. -----

--- Dois – Em caso de ser aprovada a cedência do terreno, definir se a mesma é a título gratuito ou oneroso. O valor atribuído à área em causa (quatro mil seiscentos e noventa e dois metros quadrados) e que consta do relatório de avaliação em anexo foi de onze milhões setecentos e trinta mil escudos. -----

--- Considerando que o alvará de loteamento define que a referida área faz parte do domínio público, existe a necessidade, caso seja essa a vontade da edilidade, de proceder à respectiva desafecção, mediante deliberação de Câmara. Toda a tramitação inerente a este procedimento administrativo, antecede o acto de formalização da cedência, que se traduz na celebração da escritura.” -----

--- Foi também presente o relatório de avaliação do terreno, no valor total de onze milhões setecentos e trinta mil escudos ( quatro mil seiscentos e noventa e dois metros quadrados vezes dois mil e quinhentos escudos por metro quadrado). -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, alienar o terreno ao Corpo Nacional de Escutas, pelo valor simbólico de um escudo por metro quadrado, num total de quatro mil seiscentos e noventa e dois escudos, em regime de direito de superfície por um prazo de trinta anos, renováveis, para construção da respectiva sede, revertendo o mesmo para a Câmara caso se verifique alteração da sede, devendo, previamente, proceder-se à respectiva desafecção, conforme preconizado na informação atrás transcrita. -----

--- **FEIRA DA PIEDADE – PROPOSTA DE EDITAL** - A Câmara, sob proposta do senhor Vereador Hermínio Martinho deliberou, por unanimidade, aprovar e mandar afixar o edital regulando as condições de ocupação de terrenos pelos feirantes na feira

em epígrafe, que se realiza, nesta cidade, de catorze a vinte e oito de Outubro do corrente ano.-----

--- Nos termos do artigo primeiro, os pedidos de marcação de lugares devem dar entrada na Câmara Municipal:-----

--- “Até às nove horas do dia quatro de Outubro, aqueles cuja deliberação dependa da arrematação (pistas de automóveis, carroceis, rodas de aviões e outras diversões electromecânicas) que se realizará no dia quatro de Outubro, pelas nove horas.-----

--- Até treze de Outubro, as restantes actividades.”-----

--- Mais foi deliberado fixar bases de licitação para arrematação dos diversos divertimentos nos termos seguintes:-----

- Pistas de automóveis (adultos) - trezentos e cinquenta mil escudos-----
- Carrossel (adultos) - cinquenta mil escudos-----
- Aviões (adultos) - cinquenta mil escudos-----
- Outras diversões (adultos) - cinquenta mil escudos-----
- Diversões infantis (adultos) - vinte mil escudos-----

--- Os circos não estão sujeitos a arrematação, desde que apenas se candidate um circo, tendo, apenas, que pagar as respectivas taxas de ocupação de terrado e efectuar um espectáculo sob organização da Câmara Municipal.-----

--- **ALTERAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM** – Pelo Director do **Departamento Administrativo e Financeiro** foram presentes as informações números trinta e oito e quarenta e um, de cinco e de onze do corrente mês, do seguinte teor, respectivamente:-----

“Face às alterações legislativas introduzidas no regime de carreiras da Administração Pública: extinção imediata da carreira de Servente determinada pelo Decreto-Lei número trinta e cinco/dois mil e um, de oito de Fevereiro; o estabelecimento de dotações globais para todas as carreiras profissionais, pelo Decreto-Lei número cento e quarenta e um/dois mil e um, de vinte e quatro de Abril; a reestruturação das carreiras de informática, regulamentada pelo Decreto-Lei número noventa e sete/dois mil, de vinte e

seis de Março; a necessidade de reclassificação de pessoal ao abrigo do artigo sexto do Decreto-Lei número quatrocentos e noventa e sete/noventa e nove, de dezanove de Novembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei número duzentos e dezoito/dois mil, de nove de Setembro, encontram-se alguns lugares supranumerários. --

--- Nesta sequência, tornou-se necessário proceder às devidas alterações, com vista a criar os lugares no quadro.”-----

--- “Na sequência da minha informação número trinta e oito/dois mil e um, junto anexo proposta acima referida para apreciação da Câmara Municipal de Santarém e posterior envio para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea o) do número dois do Artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro. -----

--- Em complemento da referida informação, esta proposta de alteração do quadro é também justificada pelas novas competências do município no âmbito da educação, conferidas pela Lei número cento e cinquenta e nove/noventa e nove, de catorze de Setembro.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta de alteração ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santarém, que fica anexa à presente acta (Documento III), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- Mais foi deliberado, remeter este assunto à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.-----

--- Foi ainda deliberado, aprovar este assunto em minuta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- **LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE DOIS MIL E DOIS** - Pelo **senhor Presidente** foi presente uma proposta, datada de cinco do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “O artigo dezoito da Lei quarenta e dois/noventa e oito, de seis de Agosto, permite que os Municípios lancem anualmente uma derrama. -----

--- O número dois do citado artigo refere ainda que a derrama pode ser lançada para reforçar a capacidade financeira ou no âmbito da celebração de contratos de reequilíbrio financeiro.-----

--- Sugiro ao Executivo que proponha à Assembleia Municipal o seu lançamento (dez por cento sobre o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas), devendo ser comunicado ao Director de Finanças do Distrito até quinze de Outubro próximo futuro.-

--- Em dois mil o produto da Derrama foi de **duzentos e cinquenta e cinco milhões novecentos e sessenta e cinco mil trezentos e noventa e dois escudos**.-----

--- Em dois mil e um foi feita uma previsão orçamental de **duzentos e cinquenta milhões de escudos**.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente fixando no limite máximo o lançamento da derrama, devendo a mesma ser remetida à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

--- Mais foi deliberado, aprovar este assunto em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- **CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA NO ANO DOIS MIL E DOIS** - Pelo **Senhor Presidente** foi presente uma proposta, datada de cinco do corrente mês, do seguinte teor:

--- “De acordo com o estabelecido no artigo dezassete do Código da Contribuição Autárquica, aprovado pelo Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e dois-C/oitenta e oito, de trinta de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei número duzentos e onze/noventa, de vinte e sete de Junho, deverá ser comunicada à Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, até trinta e um de Dezembro próximo futuro, informação respeitante à taxa determinada pelos Órgãos Autárquicos, sem o que será fixada a taxa mínima.-----

--- A taxa para os prédios rústicos encontra-se fixada em zero vírgula oito por cento, sendo a dos prédios urbanos actualmente variável entre zero vírgula sete por cento e um vírgula três por cento nos termos da alínea b) do artigo quarenta e cinco da Lei cinquenta e dois/C/noventa e seis, de vinte e sete de Dezembro.-----

--- Dando cumprimento à lei vigente, proponho ao Executivo Municipal que fixe em um por cento a taxa inerente a prédios urbanos.-----

--- De assinalar que a receita de dois mil correspondeu a quinhentos e quarenta e um mil novecentos e sessenta e dois mil e quatro escudos e a previsão para dois mil e um aponta para quatrocentos e oitenta milhões de escudos.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente, devendo a mesma ser remetida à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.-----

--- Mais foi deliberado, aprovar este assunto em minuta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- **EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE SÃO DOMINGOS – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DA OBRA** – Na

sequência de um pedido da Empresa Vibeiras, Sociedade Anónima para prorrogação do prazo de conclusão da obra em epígrafe, até ao final do corrente mês, a senhora Arquitecta Catarina Durão, da **Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida**, prestou a seguinte informação:-----

--- “Devido aos trabalhos não previstos, como é o caso dos estendais, julga-se de aceitar a prorrogação do prazo.” -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Vereador Hermínio Martinho, deliberou, por unanimidade, conceder à sociedade Vibeiras, Sociedade Anónima, uma prorrogação do prazo de conclusão da empreitada de Construção do Jardim de São Domingos, até final do corrente mês. -----

--- **COMPLEXO AQUÁTICO MUNICIPAL – TRABALHOS NÃO PREVISTOS** – Pelo **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número cento e

noventa-F, de treze de Julho último, do seguinte teor:-----

--- “Dados gerais da empreitada: -----

--- - Valor da adjudicação: novecentos e noventa e cinco milhões vinte e quatro mil cento e dezasseis escudos -----

--- - Prazo de execução: quatrocentos e vinte dias -----

--- - Data da consignação: um de Setembro de dois mil-----

--- - Empreiteiro: Obrecol, S.A./João Salvador, Limitada -----

--- Durante a evolução da obra, em fase da preparação, foram identificadas insuficiências de projecto que não foi possível identificar antes e se traduzem por: -----

--- a) inexistência de projecto de estrutura do bar exterior e consequente inexistência da medição das respectivas quantidades de trabalho;-----

--- b) inexistência da medição de elementos da estrutura metálica em chapas e chumbadouros, pilares, vigas, madres, reforços e remates de cobertura, no hall de entrada; -----

--- Estas insuficiências foram confirmadas em reunião de obra, pelo projectista, que refez as respectivas medições tendo apresentado as peças desenhadas respeitantes ao projecto estrutural do bar exterior e o mapa de medições correspondente. -----

--- O projectista apresentou também um mapa de quantidades de trabalho referente à estrutura metálica.-----

--- a) Estrutura de betão armado do bar exterior – dois milhões trezentos e quarenta e oito mil quatrocentos e setenta e quatro escudos -----

--- b) Estrutura em perfis metálicos – vinte e um milhões novecentos e setenta e sete mil cento e oitenta escudos -----

--- Total – vinte e quatro milhões trezentos e vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e quatro escudos -----

--- Os trabalhos referidos são necessários e imprescindíveis à obra, sem os quais não será possível cumprir o objectivo final do projecto. -----

--- Traduzem um acréscimo de custos de vinte e quatro milhões trezentos e vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e quatro escudos, que em relação ao valor contratual configuram um desvio de mais dois vírgula quarenta e quatro por cento. -----

--- Torna-se necessária autorização superior para efectuar esta despesa.” -----

--- O **Director do Departamento de Obras Municipais** prestou o seguinte parecer:----

--- “Estamos na presença de trabalhos cuja quantidade não foi prevista mas são estritamente necessários à obra e inseparáveis da mesma. -----

--- Ao abrigo do número um do artigo vinte e seis do Decreto-Lei cinquenta e nove/noventa e nove, vimos propor a aprovação dos mesmos que provocam um acréscimo de mais dois vírgula quarenta e quatro, relativamente à adjudicação.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar os trabalhos não previstos no montante de vinte e quatro milhões trezentos e vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e quatro escudos, acrescido de IVA, devendo celebrar-se o respectivo contrato adicional. -

--- A propósito deste assunto o Senhor Presidente propôs uma visita ao Complexo Aquático Municipal no próximo dia quatro de Outubro, às doze horas, após a reunião camarária, com o que o Executivo Municipal, por unanimidade, concordou. -----

--- **PUBLICIDADE. PROPAGANDA AFIXADA EM ÁRVORES NA VIA PÚBLICA** – Pela Chefe de **Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida** foi presente a informação número cento e dezanove, de seis do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Conforme se tem verificado, as árvores são frequentemente utilizadas como suporte para a colocação de propaganda e/ou publicidade que lhe é fixada com pregos, arames ou cordéis o que provoca, naturalmente, danos nos seus troncos. -----

--- Esta atitude abusiva que é gravosa para a saúde da própria planta é contrária aos esforços que a autarquia tem desenvolvido no tratamento dos espaços verdes em geral e das árvores em particular, considerando o elevado contributo destas para a qualidade do ambiente urbano. -----

--- Desta forma, levamos esta situação ao conhecimento superior, com proposta de deliberação, no sentido de se proibir a afixação de qualquer tipo de publicidade e/ou propaganda nas árvores e, no caso de haver prevaricadores, os serviços competentes procederem de imediato à sua remoção. -----

--- O senhor **Vereador Hermínio Martinho** emitiu o seguinte parecer:-----

--- “Esta informação vem na sequência duma análise feita por mim, pela senhora Chefe de Divisão e pela Engenheira Laura Guerra sobre a situação preocupante da utilização

abusiva das árvores com consequências altamente gravosas num património essencial ao bem estar e à qualidade de vida da população do nosso concelho. -----

--- Assim sendo, concordo plenamente com a decisão do Executivo Municipal de proibir a afixação em árvores, e que em caso de prevaricação os serviços competentes da autarquia removam de imediato.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador Hermínio Martinho, proibindo a afixação de publicidade em árvores, procedendo à sua remoção no caso de haver prevaricação, instaurando o correspondente processo de contra-ordenação. -----

**--- GRUPO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DA FREGUESIA DE ABRÃ – DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA – PEDIDO DE PARECER –**

Foi presente um ofício do Grupo em epígrafe, solicitando a emissão de parecer relativamente à necessidade de reconhecimento de utilidade pública daquele Grupo. ----

--- O senhor Vereador Botas Castanho, propôs: -----

--- “Um – Concordo e proponho a emissão de parecer favorável.-----

--- Dois – Como Vereador da Saúde tenho acompanhado o trabalho do Grupo de Dadores Benévolos de Sangue da Freguesia de Abrã e testemunhado o mérito da sua actividade e o seu efectivo empenhamento em colaborar nas campanhas de dádivas de sangue e em promover regularmente, na Freguesia da Abrã, jornadas para recolha de sangue, as quais têm contado com a presença de elevado número de dadores. -----

--- Três – Além da minha presença nestes encontros, também tem estado sempre presente o Director do Instituto Português do Sangue – Dr. Almeida Gonçalves e representantes da Federação dos Grupos de Dadores e dos restantes Grupos do concelho.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador Botas Castanho, emitindo parecer favorável à declaração de utilidade pública ao Grupo de Dadores Benévolos de Sangue da Freguesia de Abrã.-----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE ACHETE – PAVIMENTAÇÃO DA RUA CASAL SARAMAGO – PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE VERBA** – Foi presente um

ofício da Junta de Freguesia em epígrafe, solicitando a transferência do montante de quatrocentos e oitenta e um mil novecentos e cinquenta escudos, para pagamento de trabalhos de pavimentação na Rua Casal Saramago.-----

--- O Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias informou:-----

--- “Esta factura corresponde a trabalhos efectuados, aquando da empreitada de arruamentos de Póvoa de Santarém.-----

--- Dado tratar-se de uma zona confinante com a freguesia de Póvoa de Santarém, foi autorizado, na altura, a serem executados os trabalhos.-----

--- Assim, deverá ser liquidada esta factura por transferência para a Junta de Freguesia de Achete.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, transferir o montante de quatrocentos e oitenta e um mil novecentos e cinquenta escudos, para a Junta de Freguesia de Achete, em face da informação do Gabinete de Apoio às Freguesias, atrás transcrita.-----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE ALCANHÕES – LIGAÇÃO DOMICILIÁRIA DE ESGOTO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO** – Na sequência de um

ofício da Junta em epígrafe, solicitando a isenção do pagamento da ligação domiciliária ao colector pela Senhora D. Maria Luísa da Cunha Matias Antunes, em virtude do seu terreno ter sido utilizado para obras no âmbito da construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcanhões, o Departamento de Obras Municipais informou:-----

--- “Apesar de o colector não ter sido assente no terreno da proprietária referida, o mesmo foi significativamente afectado pelos movimentos de terras, visto que foi aberta uma caixa de visita com treze metros de profundidade distanciando da extrema dois metros.-----

--- Assim consideramos que se poderia isentar a proprietária deste terreno, conforme refere o Senhor Presidente da Junta de Freguesia.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a senhora D. Maria Luísa da Cunha Matias Antunes do referido pagamento, face à informação do Departamento de Obras Municipais e ao pedido da Junta de Freguesia de Alcanhões. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DO ARNEIRO DAS MILHARICAS** – Foram presentes os seguintes pedidos. -----

--- **UM – NOVO CEMITÉRIO DA FREGUESIA** – Foi presente um ofício da Junta de Freguesia em epígrafe, solicitando a atribuição de um subsídio destinado a obras de ampliação do cemitério, no valor de três milhões e cem mil escudos. -----

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio no montante de três milhões e cem mil escudos, devendo, previamente, proceder-se à necessária alteração orçamental. -----

--- **DOIS – PARQUE DR. JOÃO DE MATOS HENRIQUES** – Pela Junta de Freguesia em epígrafe, foi presente um ofício a solicitar um subsídio no valor de um milhão e quinhentos mil escudos, para construção de parque ajardinado com o nome do fundador da freguesia, Dr. João de Matos Henriques. -----

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade atribuir um subsídio no montante de um milhão e quinhentos mil escudos, devendo, previamente, proceder-se à necessária alteração orçamental. -----

--- **TRÊS – ALARGAMENTO DA RUA PRIMEIRO DO MAIO** – Foi presente um ofício da Junta de Freguesia em epígrafe, solicitando a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos mil escudos, destinado à construção de um muro particular, a executar como contrapartida da autorização concedida pelo proprietário para corte do respectivo terreno, tendo em vista o alargamento de um troço da Rua Primeiro de Maio, no lugar de “O Almeirim”. -----

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder o subsídio solicitado, no montante de quinhentos mil escudos, devendo, previamente, proceder-se à necessária alteração orçamental. -----

--- **QUATRO – PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS** – Pela Junta de Freguesia em epígrafe, foi presente um ofício remetendo listagem dos arruamentos por asfaltar, hierarquizados de acordo com as prioridades, face às limitações orçamentais da Câmara Municipal, no montante de dezoito milhões novecentos e trinta mil escudos, que a seguir se indicam e solicitando a respectiva transferência das verbas para aquela Junta.-----

--- “Um – Largo junto à Igreja – cento e oitenta mil escudos -----

--- Dois – Travessa Casal da Borga – um milhão e seiscentos mil escudos -----

--- Três – Rua de acesso ao Cemitério – três milhões e cem mil escudos -----

--- Quatro – Travessa da Horta – um milhão e trezentos mil escudos-----

--- Cinco – Rua da Urgeiriça – dois milhões setecentos e cinquenta mil escudos-----

--- Seis – Rua da Milhariça – seis milhões de escudos -----

--- Sete – Rua dos Sobreiros – um milhão e quatrocentos mil escudos -----

--- Oito – Rua Bernardo Santarém, Rua Alexandre Herculano, O Almeirim -----

--- a) Só valetas em betão – dois milhões e seiscentos mil escudos -----

--- Total – dezoito milhões novecentos e trinta mil escudos.” -----

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade:-----

--- Primeiro – Participar a pavimentação da Rua da Milhariça apenas em trinta por cento do valor total, correspondente à respectiva pavimentação até ao limite urbano.-----

--- Segundo – Não participar a construção das valetas em betão. -----

--- Terceiro – Deduzidas as verbas constantes nos pontos um e dois, transferir para a Junta de Freguesia do Arneiro das Milhariças, o montante global de doze milhões cento e trinta mil escudos.-----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA DE BAIXO – OBRAS DE RECUPERAÇÃO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO –**

**PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Foi presente um ofício da Junta em epígrafe, remetendo pedido da Comissão Fabriqueira da Igreja de Nossa Senhora da Conceição para concessão de um subsídio destinado ao calcetamento e iluminação do adro daquela Igreja. -----

- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade: -----
- Primeiro – Assumir a totalidade dos encargos inerentes à iluminação do adro da Igreja. -----
- Segundo – Orientar técnica, administrativa e financeiramente, uma candidatura para as obras de calcetamento do adro da Igreja através da APRODER. -----
- Terceiro – Manifestar disponibilidade para avaliar subsídio a conceder, após conhecido o diferencial relativamente à verba que vier a ser atribuída pelo APRODER e a despesa global com a evolução da obra. -----
- **JUNTA DE FREGUESIA DE CASÉVEL – CONSTRUÇÃO DE MURO DO ADRO DA IGREJA MATRIZ, CONTÍGUO À ESTRADA MUNICIPAL NÚMERO QUINHENTOS E SESSENTA E SETE – DOIS/LARGO DA COMENDA – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Foi presente um ofício da Junta em epígrafe, remetendo pedido de subsídio no montante de um milhão e quinhentos mil escudos, apresentado pela Paróquia de Santa Maria de Casével, para demolição e reconstrução do muro que circunda o adro da igreja e que se encontra em perigo iminente de ruir. -----
- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, atribuir, para o efeito, um subsídio no montante de um milhão de escudos. -----
- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto a senhora Vereadora Dunia Palma. -----
- **JUNTA DE FREGUESIA DE PÓVOA DE SANTARÉM** – Foram presentes os seguintes pedidos:-----
- **UM – TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO EDIFÍCIO DO SPORT CLUBE POVOENSE “OS LEÕES” E ARRANJOS EXTERIORES NA ZONA ENVOLVENTE DA IGREJA MATRIZ** – Pela Junta de Freguesia em epígrafe, foi presente um ofício a solicitar um subsídio no valor de dois milhões e quinhentos mil escudos, para execução de arranjos exteriores na zona envolvente da Matriz, com o respectivo calcetamento e para fazer face aos trabalhos desenvolvidos no edifício do Sport Clube Povoense “Os Leões”. -----

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder um apoio no montante de dois milhões e quinhentos mil escudos. -----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto a senhora Vereadora Dunia Palma. -----

--- **DOIS – AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO** – Pela Junta de Freguesia em epígrafe, foi presente um ofício a solicitar apoio no montante de três milhões e quinhentos mil escudos, para adquirir uma parcela de terreno ao senhor Engenheiro Eurico Saramago, para instalação de um estaleiro e um posto de recolha de resíduos sólidos de maior dimensão. -----

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder apoio financeiro no montante de três milhões e quinhentos mil escudos, para aquisição do referido terreno.-----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto a senhora Vereadora Dunia Palma. -----

--- **TRÊS - SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA** – Pela Junta de Freguesia em epígrafe, foi presente um ofício a solicitar um apoio financeiro no valor de seis milhões e oitocentos mil escudos, para conclusão da respectiva sede.-----

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio no valor de seis milhões e oitocentos mil escudos. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA IRIA DA RIBEIRA DE SANTARÉM – REPARAÇÃO DE ACESSO COM LIGAÇÃO À PONTE PEDONAL DO RIO TEJO – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Foi presente um ofício da Junta de Freguesia em epígrafe, a enviar orçamento para reparação de acesso com ligação à ponte pedonal do rio Tejo, que ficou danificada aquando das águas das enchentes e arrastamento de terras e pedras. -----

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder um apoio financeiro no valor de seiscentos e quarenta e seis mil escudos, acrescido de IVA, à Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém.-----

**--- JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE DO PAÚL – PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA RAPOSEIRA E DA RUA PRIMEIRO DE MAIO – TRANSFERÊNCIA DE VERBA**

– Pela Junta de Freguesia em epígrafe, foi presente um ofício remetendo factura referente a trabalhos de pavimentação da Rua do Raposeira e da Rua Primeiro de Maio, no montante de sete milhões quinhentos e cinquenta e dois mil cento e vinte e cinco escudos. -----

--- O Gabinete de Apoio às Freguesias prestou a seguinte informação: -----

--- “O Plano Geral de Intervenção na Rede Viária previu cinco mil contos para esta empreitada, pelo que deverá ser transferida para a Junta de Freguesia de São Vicente do Paúl a verba correspondente ao auto número um, no valor de sete milhões cento e noventa e dois mil e quinhentos escudos mais cinco por cento de IVA, nos termos do protocolo de delegação de competências.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, transferir para a Junta de Freguesia de São Vicente do Paúl o montante de sete milhões cento e noventa e dois mil e quinhentos escudos mais IVA, em face da informação do Gabinete de Apoio às Freguesias atrás transcrita. -----

**--- CLUBE DESPORTIVO AMIENSE – DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS**

– Pelo Técnico Superior de Educação Física, Dr. Joaquim Borges, do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, foi presente a informação número quatrocentos e trinta, de vinte e um do mês findo, do seguinte teor: -

--- “Na sequência de decisões anteriores relativas ao apoio a despesas referentes a instalações desportivas, veio o Clube Desportivo Amiense solicitar a atribuição de apoio financeiro regular para a época desportiva dois mil e um/dois mil e dois. -----

--- Desta feita requer a revisão do montante de apoio financeiro atribuído em dois mil/dois mil e um, por entender que este não é suficiente para satisfazer o pagamento da energia eléctrica. -----

--- Porém não encontramos qualquer motivo que leve a fundamentar uma alteração do montante adiantado o ano passado, mantendo-se em preços muito idênticos o fornecimento de energia eléctrica, gás, água, etc.. -----

--- Assim, proponho à consideração de V. Ex<sup>a</sup>. a atribuição de um apoio financeiro no valor de cem mil escudos mensais, a atribuir durante dez meses (Setembro/dois mil e um a Junho/dois mil e dois).” -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Maria da Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro no valor de cem mil escudos/mês ao Clube Desportivo Amiense, conforme preconizado na informação atrás transcrita. -----

--- **UNIÃO DESPORTIVA DE SANTARÉM – PEDIDO DE APOIO PARA MANUTENÇÃO DE RELVA – ESTÁDIO DA CHÃ DAS PADEIRAS** – Na

sequência de um pedido de apoio do Clube em epígrafe, no montante de trezentos e cinquenta mil escudos mensais para manutenção do relvado no Estádio Chã das Padeiras, o Técnico Superior de Educação Física, Dr. Joaquim Borges, do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, prestou a informação número quatrocentos e dezasseis, de três do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “À semelhança dos procedimentos adoptados em anos anteriores, relativamente à manutenção do relvado da instalação desportiva indicada em epígrafe: -----

--- Considerando que os custos parciais das acções de manutenção não sofreram alterações significativas; -----

--- Tendo em conta os montantes atribuídos a outros clubes desportivos, referentes a despesas com instalações desportivas (vide Associação Académica de Santarém e Clube Desportivo Amiense); -----

--- Venho por este meio propor à consideração de V. Ex<sup>a</sup>. a atribuição de um apoio financeiro mensal no valor de trezentos mil escudos com vista a compartilhar custos de manutenção de relva e despesas com instalações desportivas decorrentes das actividades promovidas pelo referido clube.” -----

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder o apoio solicitado, no montante de trezentos e cinquenta mil escudos/mês, devendo ser deduzido o respectivo custo da água. -----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Hermínio Martinho. -----

--- O senhor Vereador Fé de Pinho não participou na apreciação e votação deste assunto por ser Presidente do Conselho Fiscal daquele Clube. -----

--- **COLÓNIA BALNEAR DA NAZARÉ/DOIS MIL E UM – PROJECTO MILÉNIO – TERCEIRA IDADE** – Pela Técnica Superior de Serviço Social Assessora, Dr<sup>a</sup>. Elisabete Filipe, do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, foi presente a informação número quatrocentos e trinta e dois, de vinte e um do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da deliberação de Executivo Municipal de cinco de Julho de dois mil e um sobre o assunto supra indicado, informo que após consulta a todas as Freguesias e divulgação junto dos moradores dos Bairros Municipais, registam-se nove inscrições das quais cinco da Freguesia da Gançaria, um da Freguesia de São Nicolau e três dos Bairros, a saber: -----

--- **Gançaria:** -----

--- Amélia do Rosário Duarte -----

--- Ananias Pereira dos Santos -----

--- Gracinda do Rosário Inês -----

--- Maria Cremilde Simões de Sousa Duarte -----

--- Etelvina Patrocínio Frazão -----

--- **São Nicolau:** -----

--- Maria Cristina da Costa -----

--- **Bairros:** -----

--- Laudemira da Silva -----

--- Maria do Rosário Cândida da Silva Vieira -----

--- Olívia de Jesus Almeida -----

--- Face ao exposto, a comparticipação desta Câmara Municipal totaliza noventa e dois mil duzentos e cinquenta escudos (dez mil duzentos e cinquenta escudos vezes nove), havendo ainda a assumir os encargos dos transportes.-----

--- Os idosos, segundo a tabela de participação financeira do corrente ano, comparticipam com seis mil escudos a pagar na Tesouraria desta Câmara Municipal.”---

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, concordar com a comparticipação da Câmara Municipal, em conformidade com o preconizado na informação atrás transcrita.-----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

--- **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS – PEDIDO DE APOIO** – Pela Confederação em epígrafe, foi presente um ofício do seguinte teor:--

--- “A necessidade de envolver os pais e encarregados de educação em todo o processo educativo, levou o actual Conselho Executivo da CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais a preparar uma modesta campanha que decorrerá a partir da segunda quinzena de Setembro e que terá os seguintes elementos:-----

--- Spot televisivo – entre dez e trinta de Setembro-----

--- Folheto desdobrável para entrega aos representantes dos pais das turmas com informação sobre os Conselhos de Turma (quarenta mil exemplares)-----

--- Emissão de um cartaz a ser afixado nas Escolas e em outros locais públicos (cinco mil cartazes)-----

--- Folheto síntese sobre a legislação de interesse para os pais e suas Associações (vinte mil)-----

--- Em anexo enviamos o embrião de algumas das propostas.-----

--- Sabemos do interesse e do empenho que as autarquias locais têm nestas matérias e nesse sentido vimos convidá-los a associarem-se a esta nossa iniciativa, contribuindo

financeiramente, com o nosso compromisso de anunciarmos publicamente os Municípios que venham a patrocinar esta campanha. -----

--- Estimamos em cerca de cinco mil contos a despesa total. -----

--- Para o efeito, necessitamos que até dia dois de Agosto nos possam informar da vossa decisão.”-----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, atribuir àquela Confederação um subsídio no valor de trinta mil escudos. -

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Fé de Pinho. -----

--- **CGTP -CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES – UNIÃO DOS SINDICATOS DE SANTARÉM – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES PARA ACTIVIDADE SINDICAL** – Na sequência

de um ofício da Confederação em epígrafe, solicitando a cedência de instalações para actividades sindicais, o Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, prestou a informação número cento e seis, de seis do corrente mês, do seguinte teor: ----

--- “Relativamente ao solicitado, sou de parecer que alienação de lotes a terceiros no espaço do Centro Cívico carece da elaboração de um projecto de loteamento para o referido espaço, o qual poderá ter como base o estudo de ordenamento elaborado pelo senhor Arquitecto Carlos Guedes de Amorim. -----

--- Admite-se, assim, que no âmbito do projecto de loteamento se possa equacionar a cedência de um lote para a organização sindical em causa, cuja dimensão deverá ser indicada pelos interessados.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado na informação do Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, atrás transcrita, podendo, assim ser contemplado um espaço municipal para o efeito, mas em igualdade de oportunidades com instituições congéneres.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho. -----

--- **TRÂNSITO - UM - IMPLEMENTAÇÃO/REMARCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM VALE DE FIGUEIRA** – Pelo Departamento de

Obras Municipais, foi presente a informação número duzentos e trinta e oito-TR, de dez do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Em reunião realizada no local com o senhor Presidente da Junta de Freguesia, foi abordada a possibilidade de execução de duas novas passagens para peões e de bandas cromáticas com espaçamento degressivo, na localidade de Vale de Figueira. -----

--- Sugere-se a localização esquematizada, devendo, paralelamente à execução das novas marcas, ser promovida a repintura das já existentes. -----

--- Foi-nos ainda solicitada a proibição de paragem e estacionamento junto à sede da Freguesia, o qual somos a propor, devido ao transtorno que os veículos (parados ou estacionados) provocam na circulação, por se tratar de um local sem visibilidade. -----

--- A execução dos trabalhos de sinalização horizontal, de acordo com a proposta de preços da firma VIAMARCA, Sociedade Anónima, importará em seiscentos e quarenta e sete mil e sessenta escudos (valor sem IVA).-----

--- O fornecimento de sinais verticais, a aplicar pela Junta de Freguesia, importará em cerca de setenta mil escudos.”-----

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado na informação número cento e seis-TR, atrás transcrita, assumindo os respectivos encargos. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho. -----

--- **DOIS - BANDAS CROMÁTICAS E REDUTORES DE VELOCIDADE EM CASAIS DA CHARNECA, ALCANEDE** – Pelo Departamento de Obras Municipais,

foi presente a informação número duzentos e quarenta e cinco-TR, de catorze do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Após troca de impressões havida com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcanede, somos a propor a implementação de Bandas Cromáticas e Redutores de

Velocidade na Estrada Municipal quinhentos e oitenta e três, na localidade de Casais da Charneca.-----

--- Esta proposta prevê ainda a execução de duas passagens para peões. -----

--- Para execução dos trabalhos de sinalização horizontal estima-se o valor de quatrocentos e noventa e seis mil cento e cinquenta escudos traduzido pelas quantidades e preços unitários, cujo mapa se junta.-----

--- A montagem de sinais verticais será efectuada por administração directa, prevendo-se a aquisição dos mesmos pelo valor de oitenta e dois mil e quinhentos escudos.” -----

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado na informação número duzentos e quarenta e cinco-TR, do Departamento de Obras Municipais, atrás transcrita, assumindo os respectivos encargos.

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho.-----

--- **TRÊS – BANDAS CROMÁTICAS E REDUTORES DE VELOCIDADE EM AMIAIS DE BAIXO** – Pelo Departamento de Obras Municipais, foi presente a informação número duzentos e cinquenta e um-TR, de dezassete do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Após troca de impressões havida com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, somos a propor a implementação de bandas cromáticas e redutores de velocidade, junto à Escola do Ensino Básico (entrada da povoação do lado do Espinheiro), nesta localidade. -----

--- Para execução dos trabalhos de sinalização horizontal estima-se o valor de quatrocentos e noventa mil e cinquenta escudos traduzido pelas quantidades e preços unitários cujo mapa se junta. -----

--- A montagem de sinais verticais será efectuada por administração directa, prevendo-se a aquisição dos mesmos pelo valor de cento e vinte mil escudos.” -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado na informação do Departamento de Obras Municipais, atrás transcrita, assumindo os respectivos encargos. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho. -----

--- **QUATRO – BANDAS CROMÁTICAS E REDUTORES DE VELOCIDADE EM ARNEIRO DE TREMÊS** – Pelo Departamento de Obras Municipais, foi presente a informação número duzentos e cinquenta e dois-TR, de dezassete do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência de solicitação da Associação de Pais da Escola do Ensino Básico de Arneiro de Tremês, somos a propor a implementação de bandas cromáticas e redutores de velocidade na Estrada Municipal quinhentos e oitenta e três, nesta localidade.-----

--- Para execução dos trabalhos de sinalização horizontal estima-se o valor de trezentos e oitenta mil e duzentos escudos, traduzido pelas quantidades e preços unitários cujo mapa se junta.-----

--- A montagem de sinais verticais será efectuada por administração directa, prevendo-se a aquisição dos mesmos pelo valor de trinta mil escudos.” -----

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, concordar com a colocação de bandas cromáticas e redutores de velocidade, na Estrada Municipal quinhentos e oitenta e três, junto à Escola do Ensino Básico de Arneiro de Tremês, de acordo com a informação do Departamento de Obras Municipais, atrás transcrita, assumindo os respectivos encargos. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho. -----

--- **CINCO – SCALMED – CENTRO MÉDICO DE SANTARÉM – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RESERVA DE DOIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO PARA AMBULÂNCIAS** - Foi presente uma carta do Centro Médico em epígrafe, sito na Estrada de São Domingos, Lote quatro, rés-do-chão

Esquerdo, Edifício Panorama, freguesia de São Nicolau, nesta cidade, solicitando a reserva de dois lugares de estacionamento para ambulâncias, frente ao edifício.-----

--- O Sector do Trânsito informou:-----

--- “Por troca de impressões havida no local com o Engenheiro Ricardo, considera-se ser possível a definição de um lugar (a reservar para ambulâncias).” -----

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, concordar com a reserva de um lugar de estacionamento para ambulâncias, em conformidade com a informação do Departamento de Obras Municipais – Sector de Trânsito. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho. -----

--- **SEIS – RESERVA DE LUGAR DE ESTACIONAMENTO – PEDIDO DE ADELINA MARIA PEREIRA ARANHA VALADA** – Pela Técnica Superior de Serviço Social Assessora, Dr<sup>a</sup>. Elisabete Filipe, do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, foi presente a informação número trezentos e quarenta e cinco, de vinte e três de Julho findo, do seguinte teor: -----

--- “A arrendatária Adelina Maria Pereira Aranha Valada, residente na Rua Aquilino Ribeiro, fracção do Lote nove, rés-do-chão C, Girão, desde um de Maio do corrente ano, vem solicitar: -----

--- Colocação de rampa na porta de acesso ao edifício;-----

--- Reserva de lugar de estacionamento; -----

--- Autorização para fechar zona de arrumos e indicação de material a utilizar; -----

--- Este pedido surge devido ao facto de ter uma filha de oito anos, com síndrome polimalformativo, conforme se confirma no relatório clínico, pelo que ao abrigo da lei vigente se considera de viabilizar.”-----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora da Acção Social, deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de reserva de lugar de estacionamento. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho. -----

--- **PROCESSO DE RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO – MARIA DA CONCEICÃO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Pela Técnica Superior de Serviço Social Assessora, Dr<sup>a</sup>. Elisabete Filipe, do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, foi presente a informação número quatrocentos e quarenta e oito, de três do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência do despacho da senhora Vereadora Engenheira Dunia Palma de seis de Junho exarado na informação número oitenta e cinco/dois mil e um, proponho: -----

--- Um – Que seja dado conhecimento à Técnica de Acompanhamento de Rendimento Mínimo Garantido do parecer relativo à análise do orçamento apresentado, para efeito de entrega no Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social com pedido de apoio complementar, no valor de seiscentos e quarenta mil escudos, conforme previsto na legislação em vigor da Medida Nacional de Rendimento Mínimo Garantido; -----

--- Dois – Que esta Câmara Municipal atribua um subsídio de cento e vinte e seis mil e trezentos escudos correspondendo à diferença entre o valor do apoio complementar e o total do orçamento, a pagar após a verificação da realização de obra.” -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, concordar com a atribuição de subsídio no montante de cento e vinte e seis mil e trezentos escudos. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho. -----

--- **ANULAÇÃO DE GUIAS** – Pela Repartição de Receitas e Contencioso foi presente a informação número cinquenta e nove, de dezoito de Julho último, do seguinte teor: ----

--- “Encontram-se debitados à Tesouraria Municipal conhecimentos relativos à renda da habitação do Lote I, primeiro andar, Esquerdo, do Bairro Calouste Gulbenkian, número cinco, em nome de Vitor de Jesus Nunes Martinho, constantes da relação junta. -----

--- Dado tratar-se de débitos com mais de cinco anos, coloco à consideração de V. Ex<sup>a</sup>. a anulação dos mesmos, ou que sejam dadas directivas para a resolução do assunto.” -----

--- NOME: Vitor de Jesus Nunes Martinho -----

--- MORADA: Bairro Calouste Gulbenkian, número cinco – Lote I – primeiro andar, Esquerdo -----

Ano	Mês	Nº. Conhecimento	Valor da renda
1990	Dezembro	3335	1 750\$00
1991	Janeiro, Fev., Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Set., e Dezembro	225, 524, 809, 1084, 1382, 1675, 1977, 2277, 2575, 2869 e 4068	19 250\$00
1992	Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Set. e Outubro	1035, 1477, 1783, 2078, 2381, 2669 e 2966	12 250\$00
1993	Jan., Fev., Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Set., Out., Nov. e Dezembro	273, 556, 867, 1019, 1461, 1613, 2071, 2353, 2496, 2971, 3264 e 3557	21 000\$00
1994	Jan., Fev., Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Set. e Outubro	270, 425, 738, 1045, 1502, 1810, 1965, 2399, 2695 e 2851	17 500\$00
Total			<b>71 500\$00</b>

--- Pela Técnica Superior de Serviço Social Assessora, Dr<sup>a</sup>. Elisabete Filipe, do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, foi também presente a informação número trezentos e noventa e seis, de vinte e seis de Julho findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência do despacho da senhora vereadora Dunia Palma exarado na informação número cinquenta e nove da Repartição de Receitas e Contencioso, informo

que Victor de Jesus Nunes Martinho vive pelo menos desde mil novecentos e noventa e quatro em casa dos pais na Avenida Marquês de Pombal, Lote sessenta e um, primeiro andar esquerdo, São Domingos. Sabemos que não trabalha, nem recebe qualquer pensão ou reforma. Tem sido visto, em alguns dias, como arrumador em diferentes locais da cidade. -----

--- Face ao exposto, proponho que os débitos em causa sejam anulados, bem como as certidões de relaxe número cento e oitenta e dois de seis de Junho de mil novecentos e noventa e quatro, número cento e setenta e sete de vinte e cinco de Março de mil novecentos e noventa e quatro, número cento e vinte e quatro de vinte de Setembro de mil novecentos e noventa e três, número cento e três de um de Julho de mil novecentos e noventa e três, número cento e cinquenta e oito de onze de Março de mil novecentos e noventa e três e número cento e nove de dez de Janeiro de mil novecentos e noventa e dois, relativas ao consumo de água.”-----

--- A senhora Vereadora Dunia Palma propôs a anulação dos débitos correspondentes à utilização das habitações – até mil novecentos e noventa e quatro, lote “I”, primeiro andar, esquerdo e após mil novecentos e noventa e quatro, lote “F”, número dois do Bairro Municipal Calouste Gulbenkian – e dos consumos de água. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhor Vereadora Dunia Palma, procedendo à anulação dos referidos débitos.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho. -----

--- **LOTE VINTE E DOIS, SEGUNDO ANDAR DIREITO DA COOPERATIVA LAR SCALABITANO – PAGAMENTO DAS DESPESAS DO CONDOMÍNIO –**

--- Pela Técnica Superior de Serviço Social Assessora, Dr<sup>a</sup>. Elisabete Filipe, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número trezentos e oitenta e dois, de vinte de Julho último, do seguinte teor:-----

--- “Em Agosto de mil novecentos e noventa e sete, após a celebração do contrato de cedência do direito a uma habitação (Lote vinte e dois – segundo andar direito) entre a

Cooperativa Lar Scalabitano e a Câmara Municipal de Santarém, procedeu-se à transferência do agregado familiar representado por António dos Santos Matos, residente numa habitação municipal na Rua Zeferino Brandão, número vinte e três. -----

--- Tratou-se do primeiro realojamento com vista à libertação do imóvel, passando o agregado a residir numa casa a adquirir ao abrigo do Acordo de Colaboração celebrado com o Instituto Nacional de Habitação.-----

--- Pelas situações conhecidas, a escritura de aquisição foi celebrada em vinte e dois de Dezembro de dois mil e o contrato de arrendamento celebrado a um de Junho de dois mil e um. -----

--- No período que decorreu entre Agosto de mil novecentos e noventa e sete e Dezembro de dois mil, o pagamento do condomínio foi assumido pelo arrendatário, vindo este agora, solicitar o seu reembolso num total de noventa e seis mil e quinhentos escudos.-----

--- Pelo exposto, propõe-se que seja solicitado parecer ao Gabinete Jurídico.” -----

--- Na sequência desta informação o Consultor Jurídico, Dr. Luís Morgadinho, prestou a informação número oitenta, de quatro do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Sobre o processo, acima, identificado, tal como foi solicitado, cabe informar, sucintamente, o seguinte: -----

--- Decorre do regime da propriedade horizontal (artigo mil quatrocentos e vinte e quatro do Código Civil) que aos condóminos cabe o pagamento das despesas de conservação e fruição das partes comuns do prédio. -----

--- Por conseguinte, o pagamento de tais despesas não é, claramente, obrigação do arrendatário, a não ser que isso tivesse sido, concretamente, convencionado e assumido pelas partes aquando da celebração do contrato de arrendamento, o que – parece-nos ... – não é o caso vertente.-----

--- Se, como sucede, agora, António dos Santos de Matos, arrendatário daquele segundo andar, pagou, entre Agosto de mil novecentos e noventa e sete e Dezembro de dois mil,

a quantia total de noventa e seis mil e quinhentos escudos, por tais despesas do condomínio, deve o mesmo ser reembolsado desse valor. -----

--- Além disso, deve a administração do prédio ser avisada para, doravante, proceder ao recebimento dos contributos mensais relativos ao condomínio junto da Câmara Municipal e não junto do arrendatário.” -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, assumir o pagamento das despesas, no montante de noventa e seis mil e quinhentos escudos, em conformidade com a informação do Consultor Jurídico, atrás transcrita. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho. -----

--- **OBRAS EM HABITACÃO PRÓPRIA – JOSÉ MANUEL MOTA RIBEIRO LOPES – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Pela Técnica Superior de Serviço Social Assessora, Dr<sup>a</sup>. Elisabete Filipe, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número quatrocentos e quarenta, de vinte e oito do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Conforme processo junto, o senhor José Manuel M.R. Lopes, residente no Casal Pepino, Verdelho, Achete, funcionário desta Câmara Municipal candidatou-se ao programa SOLARH, sendo o pedido considerado inelegível devido ao facto de existirem dois empréstimos em curso com hipotecas, a favor da Caixa Geral de Depósitos. O relatório do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente refere que a habitação está “em elevado estado de degradação, verificando-se infiltrações no interior da mesma, não proporcionando boas condições de habitabilidade”.- -----

--- Face ao parecer do Instituto Nacional de Habitação, vem o requerente solicitar apoio desta Câmara Municipal para realizar uma parte das obras necessárias – reparação da cobertura que, segundo orçamento apresentado, estima-se em seiscentos mil escudos, mais mão-de-obra. -----

--- Trata-se de um agregado familiar constituído por cinco elementos – casal, dois filhos menores e um neto. Apresentam um rendimento anual (dois mil) de dois milhões seiscentos e cinco mil setecentos e cinquenta e cinco escudos, o que representa um per capita de cerca de trinta e sete mil e duzentos escudos mensais.-----

--- Pelo exposto e, considerando os critérios adoptados em situações similares, proponho que se atribua um subsídio de quinhentos mil escudos.”-----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de quinhentos mil escudos. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho.-----

--- **VISTORIAS** – Foram presentes os seguintes processos: -----

--- **UM** – Do **Condomínio do Prédio** da Praceta Cónego Dr. Manuel Nunes Formigão, número nove, na Urbanização Jardim de São Domingos lote duzentos e dois, freguesia de São Nicolau, desta Cidade, solicitando vistoria ao prédio em virtude de se verificarem infiltrações nas habitações do quinto piso e sexto recuado.-----

--- A **Comissão de vistoria** concluiu: -----

--- “Feita a vistoria à zona de encontro das duas coberturas dos prédios com os números oito e nove, verificou-se que a junta de encosto se encontra fissurada em todo o comprimento permitindo a entrada de águas pluviais que afectam o quinto e sexto andares do prédio com o número nove.-----

--- A solução do problema passa pela reparação da junta de encontro dos dois prédios com telas e materiais adequados o que deverá ser executado pelo construtor/promotor do prédio com o número oito da mesma Praceta.”-----

--- Perante dúvidas sobre o processo, o senhor Consultor Jurídico, Dr. António Rebordão Montalvo emitiu o seguinte parecer:-----

--- “UM – Segundo o auto de vistoria número vinte e cinco/dois mil e um, os danos causados no prédio localizado na Praceta Cónego Dr. Manuel Nunes Formigão, número nove, em Santarém, são provocados por infiltrações de águas pluviais na zona da junta

de encontro desse prédio com o correspondente ao número oito da mesma praceta. -----

--- DOIS – Em nosso parecer, os trabalhos de reparação devem ser realizados com a intervenção do condomínio do prédio número oito, por ser o titular dos direitos de propriedade sobre ele. -----

--- TRÊS – Deve, portanto, ser esse condomínio notificado para o efeito, sem embargo dele vir a imputar à empresa construtora os encargos com a reparação necessária.” -----

--- A Câmara, tomando conhecimento do auto de vistoria, deliberou, por unanimidade, e sob proposta da senhora Vereadora da Habitação e Acção Social, notificar o condomínio do prédio número oito, conforme preconizado na informação do consultor jurídico atrás transcrita. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho. -----

--- **DOIS** – Pela **Junta de Freguesia de Vale de Santarém** foi presente o ofício número setenta e quatro de vinte e três de Março último, solicitando vistoria a uma habitação situada no Largo Aristides Graça em virtude de se encontrar em risco de derrocada. -----

--- A **Comissão de vistoria** concluiu: -----

--- “Trata-se de um edifício de rés-do-chão localizado no centro do Vale de Santarém em estado devoluto, abandonado e degradado sem qualquer tipo de protecção ao nível das janelas e portas estando completamente sujeito ao devasse de terceiros. -----

--- O espaço referido e o logradouro adjacente servem de local de depósito de lixo, permitindo assim o aparecimento de animais roedores que frequentam aquela área em busca de alimentos. -----

--- O proprietário deve tomar medidas no sentido de limpar a área correspondente à casa e respectivo logradouro, vedando de seguida todo o espaço”. -----

--- Sobre o processo foi também presente a informação número cento e oitenta e dois-DIS, de três de Julho último, do Departamento de Obras Municipais, do seguinte teor: -

--- “Após uma solicitação do Engenheiro Martinho do Rosário realizou-se uma reunião na qual este técnico referiu que tem um projecto aprovado para o local, mas que a

implementação do mesmo, ao contemplar a construção de uma cave, colide com a drenagem pluvial aí existente, não tendo desta forma possibilidade de dar cumprimento à informação da DIS (constante do processo de obras), no sentido de encontrar uma solução para drenagem pluvial da Estrada Nacional três que escoar para o local em questão.-----

--- Com base nestes dados apresentados, três hipóteses se colocam para o desenrolar deste processo: -----

--- UM – Implementar-se um outro projecto para o edifício sem cave, fazendo a continuação da drenagem pluvial subjacente ao piso térreo do edifício. -----

--- DOIS – Proceder ao desvio da drenagem para a uma serventia do lote vizinho confinantes a Nascente com este lote.-----

--- TRÊS – Inviabilizar a construção de um edifício no local. -----

--- Admitindo que a título excepcional se poderá autorizar a drenagem pluvial subjacente ao piso térreo do edifício, cumpridos que sejam alguns cuidados técnicos adicionais, deverá ser solicitado ao Departamento de Gestão e Urbanismo e Ambiente a viabilidade da hipótese número um. Caso a mesma não seja possível, só se poderá executar a construção de acordo com o projecto que inclui a cave, se for desviado o colector pluvial para a serventia vizinha, necessitando para tal obter-se autorização do respectivo proprietário.” -----

--- Na sequência desta informação, o Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente ,informou: -----

--- “Relativamente ao exposto na informação do Chefe da DIS, cumpre-me informar que a hipótese de não construção de caixa não é admissível por se exigir estacionamento no interior do lote. -----

--- Poderá, talvez admitir-se a hipótese de a cave ser construída sem interferência com o colector o qual poderá ser desviado para a extrema do prédio.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, e sob proposta da senhora Vereadora da Habitação e Acção Social, notificar o proprietário para que proceda à rápida construção

do edificado já em projecto, conhecidos que são os condicionalismo apresentados pela DIS do Departamento de Obras Municipais. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho. -----

--- **TRÊS** – Na sequência de uma carta de **Manuel Eugénio**, a Comissão de Vistorias compareceu na Rua de Cabeça Gorda, Secorio, freguesia de Moçarria, para proceder à vistoria de um edifício para verificação das condições de habitabilidade, tendo concluído: “A vistoria ao local permitiu verificar que se trata de um edifício antigo que apresenta um elevado estado de degradação. -----

--- Na presença do proprietário verificamos que a empena apresenta sinais de abaulamento que poderá resultar em desmoronamento com todos os inconvenientes que poderão daí advir para pessoas e bens. -----

--- O proprietário do imóvel deverá resolver o problema com urgência e que passará pela demolição da empena e reconstrução da mesma com utilização de materiais e métodos de construção mais recentes.” -----

--- A Câmara, tomando conhecimento do auto de vistoria, deliberou, por unanimidade, e sob proposta da senhora Vereadora da Habitação e Acção Social, notificar o proprietário do imóvel, no sentido de proceder às reparações preconizadas pela Comissão de Vistorias. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho. -----

--- **QUATRO** – De **Maria de Anunciação Bento Monteiro Lázaro**, residente em Casais do Maio, Vilgateira, na freguesia da Várzea, deste Concelho, solicitando vistoria à sua habitação, em face de diversas anomalias. -----

--- A Comissão de Vistorias, concluiu: -----

--- “A vistoria ao local juntamente com os proprietários e com os inquilinos permitiu verificar o seguinte: -----

--- Trata-se de uma casa de habitação unifamiliar, com uma sala que também serve de quarto, um quarto individual e uma cozinha que também serve de quarto.-----

--- A casa está bastante degradada, não tem instalação sanitária nem água e luz.-----

--- O proprietário deverá proceder a obras e criar condições mínimas de habitabilidade na habitação.”-----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, notificar o proprietário do imóvel para que se proceda às intervenções apontadas no auto de vistoria.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho.-----

--- **CINCO** – De **Aimoré Martins Nunes Saraiva**, na qualidade de administrador do prédio número vinte e três, na Urbanização Vale do Salmeirim, freguesia de Salvador, nesta cidade, solicitando vistoria ao referido prédio, em virtude de se verificarem diversas anomalias.-----

--- A **Comissão de Vistorias** concluiu:-----

--- “A vistoria ao local na companhia do Administrador do prédio, permitiu verificar que a firma/construtor não procedeu às obras de reparação, conforme foi mencionado no auto de Vistoria do dia vinte e oito de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, do processo de vistoria número cinquenta e cinco do ano mil novecentos e noventa e nove.

--- Portanto, entendemos que a firma/construtor Gecolix – Gabinete de Estudos e Construções, Limitada, deverá proceder às obras de reparação no edifício.”-----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, notificar a empresa construtora para que proceda às intervenções preconizadas no auto de vistoria.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho.-----

--- **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE VENDA DE FRACÇÃO EM REGIME DE SUPERFÍCIE** – Foi presente um requerimento de **Laura Maria Ribeira Guerra**,

requerendo a não utilização do direito de preferência na alienação da fracção “G”, de sua propriedade, destinada a habitação, correspondente ao segundo andar esquerdo, do prédio sito na Praceta Professor Dr. Francisco da Luz Rebelo Gonçalves, número doze, na freguesia de Salvador, nesta cidade. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente, de dez do corrente mês, certificando que se mantém válida e actual a determinação de não exercer o direito de preferência sobre a alienação da fracção acima descrita, conforme já deliberado na reunião camarária de vinte e quatro de Fevereiro do ano dois mil. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho. -----

--- **NERSANT - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE SANTARÉM –  
INSTALAÇÃO DO PARQUE DE NEGÓCIOS – ÁREA DE LOCALIZAÇÃO  
EMPRESARIAL** – Foi presente um ofício da Associação em epígrafe, do seguinte teor:

--- “Dada a demora na resolução negocial com vista à instalação na Quinta da Mafarra do Parque de Negócios de Santarém, vimos propor a V. Ex<sup>a</sup>. a instalação do Parque de Negócios – Área de Localização Empresarial, numa área de sessenta hectares contíguos à actual Zona Industrial de Santarém, cuja implantação se anexa. -----

--- Sem prejuízo de utilização futura dos terrenos da Quinta da Mafarra, achamos que seria oportuno a aprovação deste local por parte da autarquia, pelas seguintes razões: ---

--- Um – A área é contígua à Zona Industrial existente, permitindo rentabilizar algumas infraestruturas existentes; -----

--- Dois – Tornar-se-á fácil e célere a desanexação da Reserva Agrícola Nacional, dada a contiguidade da Zona Industrial existente; -----

--- Três – A aquisição dos terrenos já está assegurada; -----

--- Quatro - É a solução mais expedita para se aproveitar os apoios do POE já comprometidos entre o Governo e a NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém; -----

--- Cinco – Permitirá avançar rapidamente o processo de constituição da sociedade gestora, ultrapassando desta forma o atraso que actualmente o processo do parque de negócios de Santarém tem relativamente a outros, como é o caso de Rio Maior e Torres Novas. -----

--- A NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém assumirá a responsabilidade de nesta fase suportar os estudos de implantação e ordenamento do Parque de Negócios, solicitando à Câmara Municipal que autorize desde já a implantação e criação desta Área de Localização Empresarial.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém, devendo os serviços da autarquia promover, por si e com recurso a terceiros, novo plano municipal de ordenamento do território ou alterações do existente por forma a permitir a concretização do novo parque de negócios de Santarém, tal como é agora proposto pela NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém. -----

--- Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, manter todas as orientações concernentes à Quinta da Mafarra, a qual deverá, contudo, ser destinada, havendo acordo das partes envolvidas, à instalação de grandes unidades fabris não poluentes. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Fé de Pinho e Hermínio Martinho. -----

--- **Em virtude de não constar da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente solicitou aos senhores Vereadores autorização para incluir na mesma o assunto seguinte não tendo havido oposição.** -----

--- **EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO TEATRO SÁ DA BANDEIRA – DESIGNAÇÃO DAS COMISSÕES DE ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS** – Pelo Director do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, foi presente a informação número quatrocentos e sessenta e dois-A, de doze do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Procedimento adoptado: Concurso Público para arrematação da empreitada de reabilitação do Teatro Sá da Bandeira. -----

--- Nos termos da legislação em vigor e tendo em vista a empreitada em epígrafe, submeto à consideração do Exmo. Presidente, a sugestão das Comissões de Abertura e de Análise, do Concurso Público para arrematação da empreitada de reabilitação do Teatro Sá da Bandeira. -----

--- Um – Para *Comissão de Abertura* de concurso relativo à empreitada em epígrafe, sugiro nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, os seguintes elementos:-----

--- PRESIDENTE – Dr<sup>a</sup>. Maria da Graça Carvalho Machado Morgadinho-----

--- VOGAL – Engenheiro Fernando Gonçalves Trindade-----

--- VOGAL – Dr<sup>a</sup>. Catarina Isabel Martinho Malha-----

--- SECRETÁRIA – Ana Maria Carvalho Bento-----

--- Dois – Para *Comissão de Análise* relativa à empreitada em epígrafe, sugiro nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, os seguintes elementos:-----

--- PRESIDENTE – Engenheiro Francisco António Maia Jerónimo-----

--- VOGAL – Dr. Nuno Ferreira da Costa Domingos-----

--- VOGAL – Dr. Humberto Nelson de Jesus Ferrão-----

--- VOGAL – Engenheiro Paulo Manuel Martins Machado-----

--- SECRETÁRIA – Maria de Fátima Lima Pereira Vicente Santos”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com os elementos sugeridos pelo Director do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, para as Comissões em epígrafe, na informação atrás transcrita. -----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL**-----

--- Carta da **Associação Académica de Santarém**, convidando o Executivo para a sessão solene que decorrerá no próximo dia cinco de Outubro, integrada na comemoração do septuagésimo aniversário daquela Associação.-----

- Tomado conhecimento. -----
- Carta de **Ricardo Luís Costa** informando que desempenha, a partir de vinte e sete do mês findo, o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente do Paúl na qualidade de independente. -----
- Tomado conhecimento. -----
- Informação número duzentos e quarenta e um, de quatro do corrente mês, do Dr. Duarte Nuno Pinto da Rocha, dando conhecimento do relatório mensal de visitantes da **Casa do Brasil/Pedro Alvares Cabral**, no decurso do mês findo. -----
- Tomado conhecimento. -----
- Ofício do **Instituto Português de Museus, Rede Portuguesa de Museus**, acusando a recepção da candidatura à adesão à Rede Portuguesa de Museus, por parte do Museu Municipal de Santarém, bem como do processo de candidatura ao sub-programa de Apoio à Aquisição de Mobiliário ou Equipamento Adequado para Reservas, constante do Programa de Apoio à Qualificação de Museus. -----
- Tomado conhecimento. -----
- Carta do **Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português**, remetendo cópia do requerimento ao Governo, apresentado pela senhora Deputada Luísa Mesquita, sobre a “Poluição no Rio Alviela – Santarém”. -----
- Tomado conhecimento. -----
- Carta do **Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português**, remetendo cópia do requerimento ao Governo, apresentado pela senhora Deputada Luísa Mesquita, sobre a “Segurança Rodoviária no Concelho de Santarém – Portela”. -----
- Tomado conhecimento. -----
- **INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS SENHORES PRESIDENTE E** -----
- **VEREADORES** -----
- Após apreciação dos documentos apresentados à reunião, intervieram para dar conhecimento de diversos assuntos, os seguintes membros da Câmara Municipal. -----
- **SENHOR PRESIDENTE JOSÉ MIGUEL CORREIA NORAS - UM** – Deu

conhecimento das decisões proferidas durante as últimas semanas, de acordo com o número três do artigo sessenta e cinco, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro. -----

--- **DOIS** – Dia dois de Setembro – Visitou a freguesia de Vale de Figueira, onde presidiu ao acto inaugural da respectiva Casa Mortuária. -----

--- **TRÊS** – Interveio na cerimónia de apresentação dos símbolos heráldicos daquela freguesia. -----

--- **QUATRO** – Deslocou-se à freguesia das Abitureiras, onde presidiu à cerimónia de apresentação dos respectivos símbolos heráldicos.-----

--- **CINCO** – Dia três de Setembro – Visitou as obras em curso na cidade. -----

--- **SEIS** – Dia quatro de Setembro – Recebeu o Presidente do Conselho de Administração da LACTOGAL - Produtos Alimentares, S.A.. -----

--- **SETE** – Recebeu o Presidente da Junta de Freguesia do Arneiro das Milhariças. -----

--- **OITO** – Reuniu-se com o Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santarém. ---

--- **NOVE** – Dia cinco de Setembro – Visitou as obras em curso na Estrada Nacional número trezentos e sessenta e cinco (“estrada de São Domingos”). -----

--- **DEZ** – Dia seis de Setembro – Reuniu-se com o Presidente da Direcção da União Desportiva de Santarém. -----

--- **ONZE** – Dia sete de Setembro – Recebeu os membros do júri do Prémio Nacional de Arquitectura "Alexandre Herculano". -----

--- **DOZE** – Reuniu-se com o Vice-Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico, Arquitecto Passos Leite. -----

--- **TREZE** – Recebeu o Presidente da Junta de Freguesia de Alcanede. -----

--- **CATORZE** – Reuniu-se com o Presidente do Festival Internacional de Música de Santarém. -----

--- **QUINZE** – Recebeu o Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões. -----

--- **DEZASSEIS** – Presidiu à cerimónia de lançamento do livro “Muralhas de Santarém”, da autoria de Mário Cardoso. -----

- **DEZASSETE** – Presidiu à sessão de boas-vindas aos grupos participantes no quadragésimo segundo Festival Internacional de Folclore “Celestino Graça”. -----
- **DEZOITO** – Assistiu ao concerto pelo trio Garrett da Orquestra de Câmara Álvares Cabral, assinalando o “Dia do Brasil” (comemoração da data da independência). -----
- **DEZANOVE** – Dia oito de Setembro – Recebeu o Vice-Presidente da Federação do Folclore Português. -----
- **VINTE** – Assistiu aos espectáculos integrados no quadragésimo segundo Festival Internacional de Folclore “Celestino Graça”. -----
- **VINTE E UM** – Dia nove de Setembro – Visitou a freguesia da Póvoa da Isenta.-----
- **VINTE E DOIS** – Associou-se à celebração do primeiro aniversário do início das obras da Igreja de Chã de Baixo e Outeiro de Fora, cujo padroeiro é São José, tal como na cidade de Santarém. -----
- **VINTE E TRÊS** – Presidiu à cerimónia da entrega de prémios alusivos ao Torneio do Novo Milénio de Aeromodelismo.-----
- **VINTE E QUATRO** – Visitou a freguesia da Gançaria, associando-se à festa anual em honra de Nossa Senhora da Saúde.-----
- **VINTE E CINCO** – Dia dez de Setembro – Recebeu o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira. -----
- **VINTE E SEIS** – Reuniu-se com o Presidente do Conselho de Administração da DET - Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, S.A.. -----
- **VINTE E SETE** – Recebeu o Presidente da Direcção do NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém. -----
- **VINTE E OITO** – Dia onze de Setembro – Presidiu à conferência de imprensa destinada a divulgar os sete maiores projectos de desenvolvimento económico para o concelho de Santarém.-----
- **VINTE E NOVE** – Visitou as obras em curso na cidade, quer a cargo da Câmara, quer a cargo dos Serviços Municipalizados de Santarém. -----
- **TRINTA** – Dia doze de Setembro – Recebeu o antigo ministro da Agricultura,

Professor Doutor Vaz de Portugal. -----

--- **TRINTA E UM** – Reuniu-se com o Presidente da Direcção da Associação Académica de Santarém. -----

--- **TRINTA E DOIS** – Recebeu os promotores da fábrica de automóveis ecológicos, a instalar na cidade de Santarém. -----

--- **TRINTA E TRÊS** – Reuniu-se com o Delegado Distrital da Protecção Civil. -----

--- **TRINTA E QUATRO** – Dia treze de Setembro – Presidiu a nova reunião interna de coordenação da actividade autárquica. -----

--- **TRINTA E CINCO** – Convocou a próxima reunião camarária para vinte de Setembro, com início às vinte e uma horas, na sede da freguesia da Póvoa da Isenta.-----

--- **SENHORA VEREADORA DUNIA PALMA** – **UM** – Dia trinta de Agosto – Acompanhou o senhor Vice-Presidente na reunião mantida com a Comissão Instaladora da Associação Humanitária de São Nicolau – Santarém, que além de apresentar cumprimentos referiu os objectivos da Associação e os apoios pretendidos da Câmara. --

--- **DOIS** – Dia quatro de Setembro – Participou na reunião alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do concelho de Santarém. -----

--- **TRÊS** – Atendeu munícipe no âmbito do processo do processo de vistoria número vinte e dois/noventa e cinco.-----

--- **QUATRO** – Ouviu em declarações o arguido no processo de contra-ordenação número cento e quinze/dois mil e um.-----

--- **CINCO** – Dia cinco de Setembro – Esteve em reunião com munícipes interessados no processo de vistoria vinte e dois/noventa e cinco. -----

--- **SEIS** – Reuniu com o Comando da Escola Prática de Cavalaria para avaliar a hipótese de cedência de espaços para receber em Santarém o Projecto Planeta Azul que se destina às crianças do concelho de Santarém e que exige uma área de dez mil metros quadrados para instalação dos diferentes ateliers. -----

--- **SETE** – Recebeu o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Achete para reavaliar o sistema de fornecimento de refeições aos alunos do Jardim de Infância de Advagar e

- do primeiro ciclo de Achete e Advagar. -----
- **OITO** – Nos Paços do Concelho presidiu à reunião de preparação das acções de formação EURO que serão orientadas pela Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém e dirigidas às populações onde a informação se revela muito difícil de atingir.-----
- **NOVE** – Na Casa do Brasil assistiu ao concerto integrado nas comemorações da Independência do Brasil “Tanto (a)mar” por Pedro Moreno, Gabriel Godoi e João Balula Cid.-----
- **DEZ** – Dia seis de Setembro – Deslocou-se à Escola do primeiro Ciclo de Pernes para reunir com docentes da Escola e do Jardim de Infância, bem como Presidentes da Junta e da Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém para definir ocupação de espaços face à necessidade de criar mais uma turma e impedir, portanto, o funcionamento de Tempos Livres no equipamento em referência.-----
- **ONZE** – Recebeu munícipes no âmbito do pelouro de Cemitérios.-----
- **DOZE** – Dia sete de Setembro – Assistiu, na Casa do Brasil à apresentação do Trio Garrett em concerto de Hayden e Mendelson e também integrado nas comemorações da Independência do Brasil.-----
- **TREZE** – No auditório do Centro Nacional de Exposições assistiu ao espectáculo de folclore integrado no Festival Internacional de Folclore Celestino Graça. -----
- **CATORZE** – Dia oito de Setembro – Assistiu ao segundo espectáculo do Festival de Folclore. -----
- **QUINZE** – Dia onze de Setembro – Representou o Senhor Presidente no almoço oferecido ao grupo de alunos de português em Goa que visitam Portugal sob o enquadramento da Fundação Cidade de Lisboa presidida pelo Engenheiro Álvaro Pinto Correia. -----
- **DEZASSEIS** – Esteve na conferência de Imprensa para apresentação de empresas de grande dimensão em instalação no concelho. -----
- **DEZASSETETE** – Reuniu, na Casa Luiza Andaluz, com o grupo que prepara a

comemoração do aniversário do nascimento da Madre Asndaluz. Foi presente o orçamento para a execução da estátua à homenageada, proposta do escultor António Vidigal. -----

--- **DEZOITO** – Reuniu com a Direcção da Cooperativa Habijovem na tentativa de clarificar a titularidade dos espaços vazados no empreendimento Habijovem destinados a habitação social e outras questões de interesse para a Cooperativa. -----

--- **DEZANOVE** – Dia doze de Setembro – Esteve na apresentação da fábrica de automóveis ecológicos a instalar em Santarém. -----

--- **SENHORA VEREADORA MARIA DA GRACA MORGADINHO** – **UM** – Dia um de Setembro – Embora ainda de férias, esteve presente na cerimónia de encerramento do FITIJ – Festival Internacional de Teatro para a Infância e Juventude que animou a cidade de Santarém de vinte e seis de Agosto a um de Setembro. -----

--- **DOIS** – Dia quatro de Setembro – Assistiu a uma representação teatral que o Brasil promoveu no âmbito do Festival, que foi extremamente agradável. -----

--- **TRÊS** – Dia cinco de Setembro – Esteve presente no concerto comemorativo da Independência do Brasil em que actuou o cantor Pedro Moreno. -----

--- **QUATRO** – Dia seis de Setembro – Pelas dez horas, representou na reunião da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, candidaturas do eixo três do II Quadro Comunitário de Apoio, o Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----

--- **CINCO** – Pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu com os Directores dos Departamentos de Obras Municipais e Assuntos Culturais e Sociais, com o Vice-Presidente da ORBITUR e um arquitecto do seu Departamento Técnico, no sentido de reflectir sobre a criação de parque de campismo, em Santarém, junto ao Complexo Aquático, assunto que, em devido tempo, será objecto de informação sobre as opções que propõem para a cidade de Santarém, junto àquele Complexo, fruto da reflexão que se fez durante essa reunião. -----

--- **SEIS** – Dia sete de Setembro – Pelas vinte horas, representou o Senhor Presidente da Câmara no jantar oferecido pela autarquia aos participantes do Campeonato Mundial de

Aeromodelismo que foi organizado por Júlio Isidro, grande amante desta modalidade, que decorreu no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas com larga participação de estrangeiros: americanos, ingleses, espanhóis.-----

--- **SETE** – Promoveu a apresentação de Orquestra de Câmara Pedro Álvares Cabral, cujo Trio Garrett, constituído por António Rosado, Aníbal Lima e Paulo Gaio Lima, sublinharam com a excepcional qualidade da sua interpretação musical, o dia de Independência do Brasil que se comemorava naquele dia.-----

--- **OITO** – Após o concerto, esteve ainda presente em todas as cerimónias de inauguração do Festival Internacional de Folclore, na cerimónia de Homenagem a Celestino Graça, na cerimónia do içar da bandeira dos países participantes, bem como na apresentação dos grupos no grande auditório do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas. -----

--- **NOVE** – Dia oito de Setembro – Assistiu novamente à apresentação do Festival Internacional de Folclore que decorreu no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas a partir das vinte e uma horas e trinta minutos.-----

--- **DEZ** – Dia nove de Setembro – Esteve presente, em representação da Câmara Municipal de Santarém no almoço que a Câmara ofereceu aos grupos folclóricos participantes no Festival e que, como é hábito, decorreu no Jardim dos Paços do Concelho.-----

--- **ONZE** – Pelas dezassete horas assistiu ao espectáculo de encerramento do Festival no grande auditório do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas.

--- **DOZE** – Dia dez de Setembro – Pelas onze horas, decorreu mais uma reunião do Festival Nacional de Gastronomia para a preparação do próximo Festival que irá decorrer, em Santarém, de dezasseis de Outubro a quatro de Novembro. -----

--- **TREZE** – Recebeu representante de Scalabituna de Santarém, Tuna Académica de nossa cidade que irá representar a Escola a que pertence no Festival Mundial de Tunas que vai realizar-se, na próxima semana na Holanda, e que veio solicitar apoio para algumas lembranças que desejam levar para presentear o Presidente da Câmara que vai

receptionar os grupos.-----

--- **CATORZE** – Dia onze de Setembro – Visitou, acompanhada pelo Chefe de Repartição Mário Marcos e Director do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, Dr. Nuno Domingos, e a solicitação da EDP – Distribuição Energia, S.A., as instalações que aquela empresa tem ocupado no edifício camarário sito no Canto da Cruz. Foram informados que a EDP não libertará a ala esquerda do edifício durante mais um ano, ano e meio, pois ainda está sediada a parte técnica. O restante edifício, já liberto que visitaram, encontra-se bastante degradado, pelo que propõem que seja feita uma visita ao edifício com os técnicos do Departamento de Obras Municipais e com os Juristas da Câmara, no sentido de avaliar se as instalações deverão ser recepcionadas naquelas condições ou deverá a autarquia estabelecer algumas contrapartidas. Decerto que as instalações não estavam assim quando a EDP – Distribuição Energia, S.A., há anos atrás, procedeu ao aluguer.-----

--- **QUINZE** – Assistiu ainda, à apresentação, na Câmara, dos grandes projectos privados que estão em curso em Santarém e que, como já aqui ficou afirmado, provam que este Executivo, liderado pelo Presidente José Miguel Correia Noras, soube atrair e capitalizar um fluxo de investimento e económico para Santarém que vai traduzir-se, no futuro em desenvolvimento económico e social, inegável, para este concelho.-----

--- **DEZASSEIS** – Referiu ter estado presente nas festas da Gançaria, sublinhando a criteriosa organização das mesmas. Felicitou a Comissão de festas e a Junta de Freguesia pela brilhante organização. -----

--- **DEZASSETE** – Durante a semana ocupou-se, essencialmente, na organização conjunta com o pelouro do ambiente, do Dia das Cidades sem Carros, nomeadamente, de todo o programa de animação, que prevê a realização de três feiras no Centro Histórico. Uma Feira que pretende fazer a reconstituição da feira que se realizava no Largo de Marvila no início do século e que vai acontecer com o contributo dos Ranchos Folclóricos. Foram convidados dez ranchos folclóricos e foi instituído um prémio para o que apresente a banca mais original e mais rica com os produtos do Bairro de Santarém.

--- Haverá também uma feira de artesanato e uma feira de antiguidades e velharias. ----

--- Especialmente destinados às crianças e jovens haverá insufláveis, gincanas de bicicletas, palhaços, música, numa iniciativa que pretende, nesse dia, atrair visitantes ao Centro Histórico. -----

--- **DEZOITO** – A seguir proferiu a seguinte intervenção: -----

--- “Gostaria de referir o orgulho que sinto em me encontrar, como membro deste Executivo Camarário, aqui, na Azoia de Baixo, nesta Associação Cultural, com grande passado e tradição, mas que tem passado por algumas vicissitudes, neste dia, para realizar, no âmbito das Festas Anuais, uma reunião descentralizada do Executivo Camarário. -----

--- Pelo preito de homenagem que, no dia de hoje, rendemos ao homem insigne que foi Alexandre Herculano, ao escritor, ao homem de cultura, mas também àquele que reconheceu neste espaço de Azoia de Baixo na sua Quinta de Vale de Lobos, a aura mediocritas, a mediania dourada que poderia alimentar a sua vida, abandonando de uma vez por todas, a vida política e social de uma Lisboa que não era compatível com a sua maneira de ser e a sua sensibilidade. -----

--- Ao Azeite Herculano que aqui produziu ficou para sempre ligado o seu nome, que rivalizou em qualidade com outros azeites a nível nacional e mundial e tornou conhecida a sua produção, a sua quinta e a Azoia que habitava. -----

--- A Azoia está para sempre ligada, decerto a grandes homens e a personalidades ímpares, e é emocionada que quero lembrar hoje aqui o nome de Tanora Gonçalves, cuja família saúdo, na pessoa de sua filha, de sua esposa e de seu irmão. Tanora Gonçalves colega de trabalho como professor, com quem compartilhei responsabilidades em Conselhos Directivos de Escola e, mais tarde, no Executivo Municipal, durante anos como vereadora, era uma personalidade singular e cuja acção autárquica foi marcante e ditou rumos diferentes de maneira de estar no Executivo, que certamente conseguiriam, não fosse o seu desaparecimento prematuro, estabelecer pontes importantes e posturas construtivas no Executivo Municipal, na construção do desenvolvimento municipal e no

interesse do concelho, independentemente da sua ideologia e do seu partido. Saúdo pois a memória do colega, do amigo e do companheiro de lides políticas que recordo com saudade e profundo respeito. -----

--- A nossa presença aqui é pois a homenagem às gentes de Azoia de Baixo, ao seu esforço pelo desenvolvimento local, e o reconhecimento, como autarcas pelo trabalho desenvolvido. -----

--- Em face deste desenvolvimento é hoje possível encarar a possibilidade de criação de um percurso turístico que contemple a Azoia de Baixo e Vale de Lobos pois já existem, nestes espaços, as infraestruturas necessárias para o implementar. -----

--- Os grandes homens fazem as grandes terras onde nasceram e que os acolheram, mas os nossos currículos não podem manter os nossos jovens na ignorância da sua importância e da sua grandeza e o conhecimento de sua vida como nomes públicos. Este é o caso de até hoje a leitura das suas obras não ser obrigatória, não se fala da sua obra, e só muito vagamente se refere. -----

--- É preciso dar a conhecer as grandes figuras que marcaram a nossa história e a nossa literatura. Há medidas que, tentando libertar currículos, incompreensivelmente, tentam banir dos planos de estudos as obras dos nossos grandes escritores e dramaturgos. Esse é o caso de Alexandre Herculano. Hoje a leitura das suas obras não é obrigatória, não se fala da sua obra e só muito vagamente se refere. -----

--- O êxito do percurso de Garrett, em termos turísticos, advém do facto de ser obrigatória a leitura da sua obra “Viagens na Minha Terra”, que é uma constante referência a Santarém.”-----

--- **DEZANOVE** – A propósito do Projecto de Orquestra de Câmara Pedro Álvares Cabral, disse ter a informação que foi o melhor projecto dos apresentados ao Ministério da Cultura, que certamente congregará o apoio deste Ministério ao Projecto. -----

--- No âmbito de cultura referiu com alguma mágoa por ter de o fazer, no sentido de repor a verdade: -----

--- “Temos o máximo respeito e admiração pela personalidade de Vasco Graça Moura

que agora, na sua vida política, descobriu a cidade de Santarém. Com efeito, surpreendeu-nos a leitura de um artigo local que denegria a actividade cultural de Santarém, pretendendo neste campo colocar-nos a par do Entroncamento. -----

--- Surpreende-nos esta referência que não é decerto baseada no conhecimento pessoal, do investimento cultural da cidade, baseado, decerto em dados errados que lhe foram transmitidos e que sinceramente lamentamos pois partem das responsabilidades daqueles que, localmente sustentam a sua candidatura.-----

--- Pelo respeito, admiração que nos merece a douta personalidade deste homem de cultura queremos repor a verdade e dizer que, contrariamente ao que afirmou não foi o número reduzido de iniciativas que promovemos de Janeiro a Julho, mas sim um total de duzentas e cinco acções promovidas quer pela Câmara, quer apoiadas pela Câmara em igual período. -----

--- Também, contrariamente ao que afirmou, pois não esteve presente, o público tem ocorrido com grande adesão e todos as iniciativas culturais que promovemos, ou apoiámos.-----

--- Queremos ainda referir que é para nós mais importante analisar a produção cultural não em termos de quantidade mas pela sua qualidade e é sob a égide de qualidade e de excepionalidade que pautamos, em termos culturais a nossa actuação.” -----

--- Foi o desejo de repor a verdade e o respeito pelo Dr. Vasco Graça Moura que nos levou a tomar esta posição pública para reposição de verdade sobre os factos em apreço que levam ao reconhecimento da dinâmica cultural que conseguimos implementar em Santarém e que não queremos ver denegrir sem que isso corresponda à verdade.” -----

--- **SENHOR VEREADOR BOTAS CASTANHO** – **UM** – Deu conhecimento das decisões sobre processos de obras, no período de três a doze de Setembro, e constantes do Edital número cento e noventa e um/dois mil e um.-----

--- **DOIS** – Congratulou-se com a realização do FITIJ – Festival Internacional de Teatro para a Infância e Juventude e do Festival Internacional de Folclore a cujos espectáculos se associou. Destacou a complementaridade destes Festivais em relação à actividade

cultural da Câmara, a qual em termos de quantidade e de qualidade, coloca a cidade de Santarém a este nível, posição ímpar entre as cidades de dimensão equivalente.-----

--- **TRÊS** – Dia um de Setembro – Presidiu ao almoço de encerramento de torneio de chinquillo, promovido pelas Juntas de Freguesia da Cidade de Santarém, o qual reuniu cerca de noventa participantes.-----

--- **QUATRO** – Dia três de Setembro – Presidiu à reunião da Comissão de Abertura de Propostas do Concurso de Beneficiação do Mercado Municipal.-----

--- **CINCO** – Dia cinco de Setembro – Assistiu ao concerto de Pedro Moreno e acompanhantes, na Casa do Brasil. A propósito, destacou o elevado nível deste Centro Cultural quer no que respeita às instalações, quer no valor da programação das actividades.-----

--- **SEIS** – Dia seis de Setembro – Reuniu com responsáveis da DET – Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, Sociedade Anónima sobre a prevista realização na semana de cinco a onze de Novembro, da I Mostra Amazónica que pela sua dimensão, ultrapassa a capacidade da Casa do Brasil/Pedro Álvares Cabral.-----

--- **SETE** – Reuniu com o Dr. Orlando Silva, da Associação Nacional de Farmácias e visitou com o mesmo, as instalações dos Bombeiros Municipais, com vista a criar ali o Serviço FARMA vinte e quatro, que visa a distribuição domiciliária de medicamentos, em resposta a pedidos de pessoas idosas, acamadas ou com outras limitações de mobilidade.-----

--- **OITO** – Dia sete de Setembro – Presidiu a mais uma reunião de coordenação do grupo encarregado de elaborar o Plano de Urbanização de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico.-----

--- **NOVE** – Assistiu ao espectáculo inaugural do Festival Internacional de Folclore Celestino Graça, no Centro Nacional de Exposições.-----

--- **DEZ** – Dia nove de Setembro – Participou nas actividades de encerramento do Festival Internacional de Folclore, no Centro Nacional de Exposições.-----

--- **ONZE** – Dia dez de Setembro – Presidiu à reunião do Conselho de Administração

dos Serviços Municipalizados.-----

--- **DOZE** – Dia onze de Setembro – Esteve presente na cerimónia pública de apresentação dos sete maiores empreendimentos privados previstos para o concelho de Santarém, realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

--- **TREZE** – Dia doze de Setembro – Esteve presente na sessão pública de apresentação de mais um grande projecto económico previsto para o concelho de Santarém: fábrica de automóveis ecológicos.-----

--- A propósito destacou o grande surto de desenvolvimento económico e social que está a verificar-se no nosso concelho e que, a par da intensa actividade cultural e do esforço notável das infraestruturas básicas, constituem um autêntico triângulo do desenvolvimento sustentado do concelho, que deve ser motivo do orgulho dos seus autarcas e de todos os esclabitanos.-----

--- **CATORZE** – A finalizar as informações, o senhor Vereador Botas Castanho, a propósito de algumas perturbações que se têm verificado no abastecimento de água à cidade de Santarém, referiu que a partir de ontem, dia doze, ficou estabelecida a ligação com a EPAL – Empresa Pública de Águas Livres, tendo, durante a tarde, ficado normalizado o abastecimento a todas as áreas que tinham problemas e que eram abastecidas pelo reservatório da “Quinta do Zé Morto”.-----

--- Informou que hoje já houve um reforço do abastecimento de água à zona do planalto, com substanciais melhorias durante a tarde e, com certeza, durante a noite, ficará completamente regularizada a situação do abastecimento de água ao reservatório de São Bento.-----

--- Considerou, efectivamente, lamentável a situação e solicitou a compreensão dos munícipes.-----

--- Motivos vários estiveram na origem destas situações, o que tem levado a que se diga que não há previsão, não há planeamento, não há investimento. A este propósito sublinhou que nos últimos sete anos se verificou um investimento de cerca de quinhentos mil contos ao nível do sistema de abastecimento de água de Santarém. Foi criada uma

nova estação elevatória que está previsto entrar funcionamento no dia um de Outubro, Dia Nacional da Água. Simultaneamente estão a ser reestruturadas todas as condutas. Foram ainda criadas duas novas captações de água. -----

--- Recordou que, há cerca de um ano, foi discutida a criação de um sistema intermunicipal de abastecimento de água, que assenta num conjunto de abastecimentos feitos a partir da água da EPAL – Empresa Pública de Águas Livres, e que o Governo garantiu que iria ser implementado, o que levou a que não tivessem sido efectuadas novas captações de água. Face à situação, entretanto, criada, optou-se por uma situação de recurso tendo-se verificado a maior compreensão da parte da EPAL – Empresa Pública de Águas Livres e uma grande rapidez na resposta, o que sublinhou e agradeceu.

--- Explicou os motivos que levaram às referidas dificuldades de abastecimento, frisando que a solução rápida que se verificou, só foi possível graças ao grande volume de investimento e ao trabalho estrutural que está feito. -----

--- Agradeceu a todos os consumidores, a toda a população a colaboração revelada e a compreensão para o problema. -----

--- **SENHOR VEREADOR ANTÓNIO OLIVEIRA** – **UM** – Felicitou os autarcas e população da freguesia de Azoia de Baixo pelo esforço que têm vindo a desenvolver para a melhoria de todas as condições de qualidade de vida, ambiental e de vivência. ----

--- Felicitou, também, o Centro Recreativo Alexandre Herculano que teve a amabilidade de ceder as instalações para a realização da reunião. -----

--- **DOIS** – Manifestou a sua dor e consternação pelo que se passou nos Estados Unidos da América, considerando que atentados daqueles não têm justificação ou qualificação possível. -----

--- Manifestou a sua dor profunda perante as pessoas que pereceram nos escombros e os seus sentidos pêsames aos respectivos familiares. -----

--- **TRÊS** – Agradeceu as explicações do senhor Vereador Botas Castanho a propósito do abastecimento de água e manifestou a sua satisfação por já ter sido resolvido o assunto. -----

--- Perguntou se a ligação à EPAL – Empresa Pública de Águas Livres era provisória ou definitiva e se implica aumento de custos, tendo o senhor Vereador Botas Castanho referido que é definitiva mas supletiva, ou seja, só será accionada em caso de carência ou por excesso de consumo, não estando previsto alterações de custos.-----

--- **SENHOR VEREADOR HERMÍNIO MARTINHO** – **UM** – No dia dois de Setembro participou na apresentação da simbologia heráldica das freguesias de Vale de Figueira e de Abitureiras. -----

--- **DOIS** – No dia seis de Setembro participou numa reunião com diversas entidades a propósito da organização do “Dia sem Carros”. -----

--- A este propósito, sublinhou o apoio da senhora Vereadora Maria da Graça Morgadinho e do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, bem como, o apoio da senhora Vereadora Dunia Palma do Departamento da Educação, em termos de sensibilização dos professores e, conseqüentemente, dos alunos e dos respectivos familiares. -----

--- Referiu ter sido distribuído um folheto relativo a esta realização, que será também distribuído pela população na próxima semana. -----

--- Deu conhecimento dos locais onde o trânsito estará cortado. Referiu que irá estar à disposição da população um mini-autocarro para fazer o circuito da cidade. -----

--- **TRÊS** – Dia nove de Setembro, assistiu ao Festival Internacional de Folclore. Aludiu ao facto de, na semana anterior, se ter verificado o FITIJ – Festival Internacional de Teatro para a Infância e Juventude, considerando estes dois acontecimentos de grande importância cultural. -----

--- **QUATRO** – Informou que, no dia dezassete de Setembro, terminará em Santarém, junto à Polícia de Segurança Pública, uma das etapas do percurso que vai ligar Aveiro a Beja, de automóveis ecológicos eléctricos. -----

--- Esta acção está integrada no Dia sem Carros e visa sensibilizar e promover a utilização deste tipo de transporte. -----

--- **CINCO** – Disse ser com o maior prazer que está presente nesta reunião em Azoia de

Baixo. -----

--- Saudou a senhora Presidente da Junta e os restantes autarcas, a Direcção do Centro de Cultura e Recreio Alexandre Herculano e a população que teve a atenção de estar presente para engrandecer esta reunião.-----

--- Disse ser uma das freguesias que mais prazer lhe dá visitar, porque tem tido um cuidado especial na preservação do património.-----

--- Sublinhou e manifestou a sua satisfação pela recuperação da estrada municipal em Azoia que considerou essencial porque sem boas vias não há desenvolvimento nem melhoria da qualidade de vida das populações.-----

--- **SEIS** – Lamentou a ausência do senhor Vereador Vicente Batalha, que muito contribui para o enriquecimento das reuniões, desejando-lhe que recupere o seu estado de saúde rapidamente.-----

--- **SETE** – Manifestou a sua solidariedade perante o horror que aconteceu nos Estados Unidos da América, que considerou impensável e indiscriminável, entendendo que, de facto, e terrorismo é algo que tem que ser combatido com veemência.-----

--- **SENHORA VEREADORA ROSA MARIA FELICIANO** – **UM** – Manifestou a sua alegria e satisfação por estar presente nesta reunião realizada em Azoia de Baixo, uma freguesia pequena mas com um grande património cultural e humano. Manifestou o seu grande apreço pelo Dr. José Manuel, um grande homem de quem tem a honra de ser amiga.-----

--- **DOIS** – Agradeceu ao senhor Vereador Botas Castanho as explicações a propósito do problema do abastecimento de água.-----

--- **TRÊS** – Manifestou a sua tristeza e dor relativamente ao horror a que se assistiu nos Estados Unidos da América.-----

--- A propósito das intervenções dos senhores Vereadores, o **Senhor Presidente** proferiu as seguintes palavras:-----

--- **UM** – “ O senhor Vereador Hermínio Martinho reportou-se a um plano integrado de recuperação viária municipal que do meu ponto de vista representa um novo golpe de

estado nas estradas do concelho de Santarém. É fundamental referir as vantagens na aproximação dos territórios porque elas trazem seguramente desenvolvimento e, também, novas oportunidades de majorar os nossos recursos e de aumentar a riqueza municipal e entre todas aquelas que estavam previstas dou destaque claro para a Estrada Nacional número trezentos e sessenta e cinco que foi criada no século dezanove e que nunca tinha, sob a égide da Junta Autónoma de Estradas, merecido benfeitorias dignas de qualquer relevo.-----

--- E se há escassos anos ela está na titularidade da Câmara Municipal vejam que a proximidade conduz à crítica e às pressões dos cidadãos e, por isso, lançamos mãos à obra com um projecto bem conseguido e hoje podemos lançar a informação segundo a qual até final do mês de Setembro a obra estará quase concluída no sentido de poder haver circulação viária nas três faixas de rodagem. Este tempo, até final de Setembro vai permitir que a iluminação por um lado, e os passeios por outro, fiquem concretizados. --

--- A última camada de desgaste só será colocada em Novembro, desejavelmente quando a fonte ornamental da rotunda número dois, na continuidade da Avenida Marquês de Pombal, com diâmetro interior de vinte e quatro metros, for objecto da concretização desses melhoramentos através de instalação da dita fonte ornamental. ----

--- Existe já uma escultura metálica em bronze da autoria do conceituado mestre luso-brasileiro Santos Lopes intitulada “eu sou o meu próprio cavalo”.-----

--- Essa estátua será instalada na rotunda que tem dezasseis metros de diâmetro, junto ao ex-Presidio Militar. É óbvio que é uma obra que chega no final do mandato. Todavia constitui um empreendimento que responde financeiramente pelo nome de duzentos e quarenta mil contos sem os ornamentos. Sabe-se que uma das estátuas, já paga, custou cerca de dez mil contos e que a fonte ornamental custa cinquenta mil contos, o que ultrapassa os trezentos mil contos, razão pela qual gostava de dar grande relevo a esse investimento, pondo em destaque a cooperação e grande dinamismo dos serviços técnicos da Câmara”.-----

--- **DOIS** – Destacando o relevante do Dr. Vasco Graça Moura, no panorama de cultura

em Portugal, contestou contudo, veementemente, as suas declarações públicas, comparando negativamente Santarém em relação a Tomar, através de dados deturpados concernentes a iniciativas de natureza cultural. Lembrou o grande dinamismo do associativismo e as acções efectuadas pela Divisão de Cultura, demonstrando que o número de iniciativas realizadas por Santarém é superior a Tomar, mas tal facto – para si - não implica outras comparações para além desta. Cada município prossegue a política cultural que achar mais ajustada a sua realidade , devendo, como é obvio, criar as condições cívicas para a participação dos cidadãos, sem tutelas nem dirigismos. Lembrou ainda que a cultura nem tão pouco se mede pela quantidade, é de uma grandeza multidimensional, assentando em parâmetros de exigências que podem variar de autarquia para autarquia e de cidadão para cidadão, ao contrário do que implicitamente sustentou Vasco Navarro da Graça Moura, candidato do Partido Social Democrata à Assembleia Municipal de Santarém. -----

--- **TRÊS** –Felicitou o novo Governador Civil do Distrito de Santarém, deputado Nelson Baltazar. -----

--- Disse ter-se, também, sentido muito honrado com o convite que lhe havia sido dirigido pelo Governo Português para ocupar aquele cargo. A sua recusa, comunicada em Agosto, prendeu-se exclusivamente com razões de incompatibilidade dos prazos das posses com o seu compromisso público de levar até ao fim o mandato de Presidente da Câmara. -----

--- **QUATRO** – A concluir a sua intervenção proferiu as seguintes palavras:-----

--- “Finalmente a palavra termina como começa, num elogio e numa expressão de reconhecimento profundos à Azoia de Baixo. Provámos aqui que não se medem as terras doseando-as em metros quadrados nem na sua expressão geográfica. As terras medem-se pela grandeza das suas gentes que são capazes de, em cada momento, manifestar a intransigente defesa dos valores da tradição como capital único, de futuro e legado para aqueles que nos hão-de seguir no respeito pelas gerações, cujas cinzas já dormem debaixo dos nossos pés. Essa circunstância leva-nos a ver nas terras um sentido de

humanização e maternidade, maternidade que nunca seca no coração escalabitano. Pode secar num coração a seiva de todos os sentimentos mas jamais se extingue esse afecto que nos liga cada uma das terras. E da mesma forma que o colar mais precioso que pode adornar o pescoço de uma freguesia são os braços dos seus filho, também estou certo que o melhor contributo que a Câmara de Santarém poderá prestar a Azoia de Baixo é estar à altura para agradecer permanentemente os seus contributos para assegurar o progresso, com qualidade, e o desenvolvimento de forma sustentada, humana e solidária.

--- Fica aqui o elogio e, sobretudo, esta expressão de amor de alguém com factores de afectividade em relação à Azoia e que, quantas vezes, aqui se sentiu muito incentivado e projectado na vertigem do espaço dos sonhos, quando passava por Vale de Lobos. Sonhos que são, no fundo, aquilo que mais nos pertence, nem que seja para avaliar as freguesias, porque cada terra tem no fundo o valor que estabelece para si mesma, o da Azoia de Baixo é um valor enorme, um valor incalculável e, por isso, tem que ser reconhecida e prestigiada como das melhores freguesias de Santarém e do próprio Ribatejo.-----

--- Muito obrigado a todos.-----

--- Bem hajam. Abundância na saúde e as maiores felicidades para todos na Azoia de Baixo e no concelho de Santarém.” -----

--- Concluída a apreciação dos temas constantes da Ordem de Trabalhos o **Senhor Presidente** perguntou ao público presente na sala se pretendia intervir, tendo o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau tecido alguns comentários a propósito da Ludoteca que se pretende instalar em São Domingos. -----

--- Interveio também um representante do Agrupamento cinquenta e dois do Corpo Nacional de Escutas, agradecendo a cedência do terreno que é fundamental para os jovens. -----

--- Interveio ainda o Engenheiro Celso que teceu alguns comentários a propósito da propaganda afixada em árvores na via pública.-----

--- Interveio também o Engenheiro Carlos Rodrigues e, a finalizar, o senhor Teófilo que

ACTA Nº. 23/01  
Reunião de 13 de Setembro de 2001

se manifestou sensibilizado com a presença do Executivo e recordou como foi  
construído aquele Centro, bem como outros acontecimentos verificados naquela  
Freguesia. -----

--- A concluir solicitou que se analise os limites daquela freguesia para que ela possa  
crescer, pois o que a população quer é o seu desenvolvimento. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada  
a reunião eram dezanove horas e vinte minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser  
submetida a aprovação na reunião imediata. -----

--- E eu, \_\_\_\_\_ Chefe de Secção a  
redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----

--- \_\_\_\_\_

----- **OS VEREADORES** -----

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

---

---